

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - CCSA

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE
BACHARELADO EM GESTÃO PÚBLICA

JOÃO PESSOA

2015

SUMÁRIO

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	3
HISTÓRIA DO CURSO	4
JUSTIFICATIVA	6
MARCO TEÓRICO	9
OBJETIVOS	11
PERFIL PROFISSIONAL.....	13
COMPETÊNCIAS, ATITUDES E HABILIDADES.....	14
CAMPO DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL.....	15
METODOLOGIA E SISTEMÁTICA.....	18
EMENTAS DOS COMPONENTES CURRICULARES	30
ANEXO - DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA O CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	66

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Denominação: **Bacharelado em Gestão Pública;**

Proponentes: Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública (CSTGP) e Departamento de Gestão Pública (DGP);

Área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas;

Área: Administração, Ciências Contábeis e Turismo;

Subárea: Administração;

Especialidade: Administração Pública;

Modalidade de curso: Bacharelado;

Nível do Curso: Graduação;

Titulação conferida: Bacharel em Gestão Pública;

Regime de ensino: Presencial;

Regime acadêmico: Créditos (atividades acadêmicas semestrais)

Processo de seleção: Formas normais de ingresso da UFPB;

Número de vagas: 100 por ano (50 por semestre);

Turnos: vespertino.

HISTÓRIA DO CURSO

Ocorre uma transformação na administração do setor público brasileiro. O modelo tradicional que predominou ao longo do século XX vem sendo substituído, desde a redemocratização, por formas mais transparentes, participativas e orientadas ao cidadão. Esta não é uma simples reforma ou mudança de estilo, mas uma transformação radical no papel do Estado em sua relação com a sociedade. A Administração Pública vem sendo provocada, atualmente, à realização de mudanças relativas à eficiência, eficácia, efetividade e desburocratização, buscando, dentre outros aspectos, humanizar o direito e melhorar o acesso da sociedade ao Poder Público.

Estas mudanças do cenário acadêmico, político e social, aliadas às transformações tecnológicas promovidas pela sociedade da informação, influenciam decisivamente o perfil profissional do gestor público. Novos conhecimentos e habilidades, impensáveis ao administrador público do século passado, constituem parte integrante do perfil deste novo profissional. Esse novo contexto incorpora aspectos até então considerados secundários, como a competência técnica e política, o empreendedorismo, a criatividade, pensamento crítico e humanista, a capacidade de comunicação e liderança democrática, indispensáveis à boa governança do setor público.

Acima de tudo, a formação deste novo gestor público, respeitada a autonomia universitária, deve considerar as necessidades das instituições sociais que demandam a sua atuação profissional. Seja para atuar no setor público, privado ou no terceiro setor, a universidade passou a ter a responsabilidade de formar profissionais capazes de oferecer respostas aos desafios vivenciados por estas instituições. Este novo gestor público, formado a partir de uma perspectiva multidisciplinar e cooperativa, deve ser plenamente capaz de contribuir efetivamente para o desenvolvimento social em todos os seus níveis (local, regional, nacional); porém, sua formação também demanda uma transformação pedagógica, voltada à resolução de problemas e dedicada a promover a parceria entre a universidade e as diversas instituições do Estado e da sociedade.

É com o intuito de oferecer soluções a estes desafios pedagógicos que o Departamento de Gestão Pública da Universidade Federal da Paraíba apresenta o novo Projeto Político Pedagógico do curso de Bacharelado em Gestão Pública, em consonância com sua missão, visão e valores. Trata-se de uma iniciativa profundamente articulada com as políticas institucionais constantes no Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Federal da Paraíba, contemplando as exigências da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) e as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Administração Pública (Resolução CNE/CP 266/2010).

A fim de consolidar a área de gestão pública no ensino, pesquisa e extensão na UFPB, que hoje conta com duas especializações em Gestão Pública e Gestão Pública Municipal, mestrado profissional em Economia do Setor Público, além do curso de

Bacharelado em Administração Pública, foi criado, em 2010, o Departamento de Tecnologia e Gestão (DTG), reunindo profissionais de diferentes formações relacionadas à gestão pública. Com esse novo PPC, o Departamento, que passa a ser denominado de Departamento de Gestão Pública (DGP), busca, fundamentalmente, contribuir com o ensino de graduação, pós-graduação acadêmica e profissional, a pesquisa e a publicação de trabalhos voltados ao aperfeiçoamento da gestão pública.

O curso de Bacharelado em Gestão Pública está voltado para a formação de profissionais capazes de atuarem no contexto complexo e desafiador da gestão pública à luz dos princípios éticos e democráticos, que contribuam para o alcance dos objetivos e o desenvolvimento das organizações governamentais e não governamentais, visando fortalecer o desenvolvimento da sociedade. Os princípios que norteiam este projeto são a interdisciplinaridade, a transversalidade, a flexibilidade e a aprendizagem cooperativa.

O Projeto Pedagógico do curso procura valorizar a formação crítica, inovadora e empreendedora, que possa suprir as necessidades da gestão pública local, regional e nacional e permitir a atuação nos processos operacionais e decisórios sob a égide do conhecimento, da ética, da cidadania e dos Direitos Humanos. Com este propósito, o curso promove uma formação multidisciplinar que abrange as áreas de Administração, Ciências Sociais, Contabilidade, Direito e Economia – desenvolvendo as múltiplas competências necessárias ao bom desempenho profissional do gestor público.

Embora de caráter generalista, possibilitando a atuação do egresso em diversos níveis da gestão e contextos regionais, o curso propõe um olhar especialmente dedicado às especificidades do contexto paraibano e nordestino, contribuindo para o desenvolvimento regional.

JUSTIFICATIVA

A Universidade Federal da Paraíba (UFPB), instituição pública de ensino superior vinculada ao Ministério da Educação, visa contribuir para o desenvolvimento científico, tecnológico, cultural e socioeconômico local, regional e nacional, sob a perspectiva do desenvolvimento sustentável, da integração com a sociedade e do exercício da cidadania. Em consonância esta missão institucional, o presente projeto pedagógico foi concebido para transformar o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública no Curso de Bacharelado em Gestão Pública da Universidade Federal da Paraíba, expandindo as suas conquistas especialmente em relação: i) às demandas formativas dos discentes por um curso de bacharelado em gestão pública; ii) às demandas do setor público por uma formação mais robusta, completa e diversificada, considerando a qualificação técnico-política e o fortalecimento da trajetória profissional do aluno; iii) às exigências da gestão pública no território (municipal, estadual e federal); iv) à expansão das práticas de ensino, pesquisa e extensão da universidade e a promoção e fortalecimento da rede de parcerias da universidade com o Estado e a sociedade; v) às diretrizes do campo de públicas (rede nacional de cursos de graduação na área); vi) à necessidade de fortalecimento do *ethos* republicano e democrático.

Primeiramente, no que tange as demandas formativas dos discentes, o novo projeto pedagógico do curso de Bacharelado em Gestão Pública é uma resposta ao diagnóstico compartilhado entre alunos e professores, a partir da experiência acumulada com o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, que identificou a necessidade de maior aprofundamento e flexibilização dos conteúdos do curso, além da oportunidade de estender o período de estágio e atividades complementares (pesquisa, extensão, monitoria), atendendo à legislação em vigor. Isto pode ser verificado pelo entendimento comum do corpo docente e discente em favor da transformação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública no Curso de Bacharelado em Gestão Pública, conforme documentação anexa (A).

Segundo, em relação às demandas do setor público, o novo projeto pedagógico do curso de Bacharelado em Gestão Pública é uma resposta às demandas atuais do campo público por uma formação mais robusta, completa e diversificada. Tendo em vista o contexto complexo em que atuam estes profissionais, o novo Projeto Pedagógico do Curso tem o seu foco na articulação multidisciplinar das diversas áreas do conhecimento – em especial, Administração, Ciências Sociais, Ciências da Informação, Contabilidade, Direito, Economia e, nas últimas décadas, também as Ciências da Natureza – que constituem os alicerces conceituais e teóricos dos cursos desse campo. O diálogo entre essas áreas de conhecimento (como objeto de estudo, de formação acadêmica e de capacitação profissional) desvenda a lógica epistêmica e empírica do comum, como sujeito e objeto vivo de estudo e atuação, cuja identidade coletiva é a formação acadêmica tecnopolítica. Isto é, a conjunção de diversas disciplinas e saberes científicos que, na trajetória acadêmica e profissional do aluno, resultem na defesa do público

enquanto satisfação de necessidades coletivas que levam em conta a justiça e os valores da igualdade e equidade para todos.

Terceiro, o bacharelado em gestão pública atende às exigências dos diversos níveis de governo (municipal, estadual e federal) – com sua carga horária, conteúdos, práticas e eventos de aprendizagem ampliados – e melhor se adequa às amplas exigências estabelecidas pelo aperfeiçoamento da gestão pública no território. Seja no âmbito municipal, estadual ou federal, há o consenso de que as organizações públicas, individual e coletivamente, necessitam melhor definir seus objetivos, aperfeiçoar e inovar procedimentos, tornar suas políticas e ações muito mais transparentes e qualificadas de modo a gerar maior valor público para a sociedade. Este aperfeiçoamento da gestão pública é um componente decisivo e indispensável para melhorar as condições de desenvolvimento social, econômico e a sustentabilidade ambiental e cultural no território, que geram demandas à universidade em termos de pesquisa, ensino e extensão e ao profissional egresso. Deste modo, o bacharelado em gestão pública oferece mais oportunidades para disponibilizar a seus alunos um conjunto melhor estruturado de conteúdos, metodologias, técnicas e conhecimentos compatíveis a tais desafios.

Quarto, o novo projeto pedagógico visa expandir as práticas de ensino, pesquisa e extensão de maneira articulada e fortalecer a rede de parcerias da Universidade com o Estado e a sociedade. A expansão da carga horária é acompanhada de uma nova proposta pedagógica que se adequa melhor às políticas de ensino, pesquisa e extensão da Universidade Federal da Paraíba. No que tange aos princípios filosóficos e teórico-metodológicos gerais que norteiam as práticas acadêmicas da universidade, a nova proposta é um exemplo de inovação orientada à crítica dos problemas e a produção e disseminação de conhecimento que permite a rápida difusão de novas tecnologias à comunidade, estabelecendo, com esta, uma relação de reciprocidade através de parcerias.

Em relação às políticas de ensino, pesquisa e extensão, a nova proposta busca uma efetiva integração entre estas dimensões, fundamental para a concretização dos objetivos aqui colocados, e contribuindo diretamente para alcançar as metas estabelecidas no PDI/UFPB, de criar novos cursos de graduação, aperfeiçoar as atividades de estágio, priorizar a pesquisa e a construção de soluções voltadas aos desafios para o desenvolvimento do Estado da Paraíba. Em concordância com a necessidade de reorganização acadêmica, prevista no PDI, o novo projeto pedagógico do Curso de Bacharelado em Gestão Pública valoriza o princípio da flexibilização curricular – tanto para promover a realização de aulas-campo, com características multidisciplinares, como para garantir aos estudantes a escolha de percursos alternativos de formação.

O fortalecimento da rede de parcerias entre o DGP e os órgãos do Estado e da sociedade será promovido pelo Observatório em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional - grupo cadastrado no Diretório de Grupos do CNPq e outros grupos de pesquisa criados

diretamente pelos docentes do DGP ou em que esses atuem. Dentre os principais objetivos deste Observatório estão a integração, em consonância com a missão, a visão e os valores do DGP, das ações de pesquisa, extensão, estágio e parcerias interinstitucionais, e a realização de projetos que contribuam para a resolução dos diversos problemas do campo público, com atenção especial ao contexto paraibano.

Quinto, o novo curso de bacharelado em gestão pública incorpora as atuais Diretrizes Curriculares Nacionais, válidas para os cursos do campo de públicas (CNE/CES nº 266/2010), pois atende a exigência de uma carga horária mínima de 3.000 horas, acompanhando as melhores práticas pedagógicas encontradas nas universidades que compõem o campo (Anexo).¹

Sexto, o novo PPC promove o fortalecimento do *ethos* republicano e democrático, condição indispensável para a ampliação da eficiência, efetividade, legitimidade e sustentabilidade das políticas, programas e organizações públicas. A sociedade brasileira tem demonstrado que a gestão pública em nosso país precisa ser fortalecida em seus fundamentos éticos e republicanos, de modo a, não apenas coibir desperdícios, desvios e a malversação de recursos públicos, como melhorar substancialmente a prestação de serviços ao cidadão. O fortalecimento do *ethos* republicano e democrático traz implicações evidentes em termos de exigências formativas. Torna necessário garantir maior tempo às atividades de ensino, pesquisa e extensão para a incorporação de indicadores, técnicas e metodologias adequadas aos diferentes contextos. Exige, além disso, um tratamento adequado de regulamentos, critérios e procedimentos democrático-participativos, transparentes, confiáveis e igualmente válidos para todos, de modo a proporcionar os avanços tão necessários na gestão de políticas, programas e organizações públicas.

Por fim, o novo curso fomenta o desenvolvimento de habilidades e competências que atendem às necessidades do Estado e da sociedade por meio da formação de profissionais empreendedores, protagonistas, capazes de aperfeiçoar o funcionamento das organizações públicas e sociais, aprimorar a qualidade da gestão, oferecer soluções aos desafios da comunidade e contribuir para o desenvolvimento do Estado brasileiro, servindo ao propósito de construir as condições para a efetiva profissionalização dos novos gestores públicos. Por tudo isso, este novo projeto funda, pelos princípios e práticas pedagógicas que incorpora, um curso de gestão pública inovador entre aqueles que compõem o campo de públicas no Brasil, pois considera o espírito empreendedor do corpo docente e discente e o compromisso de ser uma das melhores e mais importantes universidades do país.

¹ O campo de públicas é composto pelos professores e alunos dos cursos superiores em gestão pública, administração pública, políticas públicas, gestão de políticas públicas, entre outros, de todo o país. No âmbito deste campo, os coordenadores dos referidos cursos fazem encontros semestrais com o objetivo de articular medidas de aprimoramento e fortalecimento das redes de pesquisa e ensino. Ao mesmo tempo, os alunos do campo se organizaram por meio da FENEAP (Federação Nacional dos Estudantes de Administração Pública).

MARCO TEÓRICO

A política educacional brasileira para o ensino superior tem vivido nas últimas duas décadas um processo de expansão quantitativa, absorvendo uma demanda de alunos cada vez maior, tanto nos espaços público, quanto no privado.

Essa expansão tem se dado por meio do incremento de matrículas, pela criação de novos cursos, pela reformulação político-pedagógica e curricular dos cursos, dentre outros fatores, nos quais têm contribuído para o acesso ao ensino superior.

O referido processo de expansão também tem como horizonte as mudanças provocadas pelas necessidades educacionais da sociedade brasileira, que se tornaram cada vez mais aguçadas pelo acesso ao ensino superior. Como também, decorrente das diretrizes do Plano Nacional de Educação, e de outros documentos legais que anteriormente vieram a colaborar para que esse fenômeno da expansão do ensino superior no país se fortalecesse, buscando como meta, atingir 30% da população entre 18 a 24 anos de idade, prioritariamente.

Nesse processo, o Curso de Tecnologia em Gestão Pública se insere como uma das novas modalidades no campo educacional, possibilitando ao ingressante, uma nova área de trabalho e de estudos. Principalmente quando se considera a situação da gestão pública brasileira que se encontra com graves no aparelho do Estado, nas políticas públicas e na sua relação com a sociedade.

Na tentativa de produzir um curso que respondesse aos questionamentos da realidade, a área da Gestão Pública apresenta-se projetos pedagógicos com várias matizes, algumas mais conservadoras, outras mais progressistas, incorporando assim, as principais tendências teóricas das ciências sociais e aplicadas, tornando-se por natureza, um curso interdisciplinar e transversal, pois os campos de formação absorvem uma gama de conhecimentos teóricos e técnicos a ser aplicados à administração pública.

Em relação ao curso superior de Tecnologia em Gestão Pública da UFPB, procurou-se criar um alinhamento com as diretrizes nacionais para o curso da administração pública, incorporando uma perspectiva mais progressista, considerando a pluralidade do pensamento científico.

Nesse sentido, os pilares que sustentam o referido curso se baseiam na ideia de uma educação voltada para as interfaces entre os pilares da educação do século XXI em que *o aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser* formam as base deste projeto pedagógico-curricular. (UNESCO; 2010). Desse modo, os pilares assumem a premissa que a educação é um processo ao longo da vida, pois sucessivamente os homens estão aprendendo a partir de suas múltiplas relações, que podem se dar em diversos espaços educativos.

O primeiro pilar de *Aprender a conhecer*, combinando uma cultura geral, suficientemente ampla, com a possibilidade de estudar, em profundidade, um número reduzido de assuntos, ou seja: aprender a aprender, para beneficiar-se das oportunidades oferecidas pela educação ao longo da vida.

O segundo pilar do *Aprender a fazer*, a fim de adquirir não só uma qualificação profissional, mas, de uma maneira mais abrangente, a competência que torna a pessoa apta a enfrentar numerosas situações e a trabalhar em equipe. Além disso, aprender a fazer no âmbito das diversas experiências sociais ou de trabalho, oferecidas aos jovens e adolescentes, seja espontaneamente na sequência do contexto local ou nacional, seja formalmente, graças ao desenvolvimento do ensino alternado com o trabalho.

O terceiro pilar do *Aprender a conviver*, desenvolvendo a compreensão do outro e a percepção das interdependências – realizar projetos comuns e preparar-se para gerenciar conflitos – no respeito pelos valores do pluralismo, da compreensão mútua e da paz.

E o quarto pilar do *Aprender a ser*, para desenvolver, o melhor possível, a personalidade e estar em condições de agir com uma capacidade cada vez maior de autonomia, discernimento e responsabilidade pessoal. Com essa finalidade, a educação deve levar em consideração todas as potencialidades de cada indivíduo: memória, raciocínio, sentido estético, capacidades físicas, aptidão para comunicar-se. (Unesco, 2010).

Compreendemos que esses pilares são relevantes para o Curso, pois o objeto principal deste, perpassa a ideia de um Estado que funcione, estabelecendo uma relação cada vez mais estreita com a sociedade civil. Portanto, os pilares estão intrinsecamente relacionados com a própria necessidade de reorganizar o Estado brasileiro, no qual apresenta diversos problemas relacionados com a fragilidade de executar os quatro pilares em seu próprio âmbito.

De outro modo, esses pilares permitem criar projetos pedagógicos e currículos voltados para uma formação integral, buscando assim, propor ao aluno um processo educacional em que ele também seja um sujeito participativo, criativo, crítico na sociedade.

A educação, desse modo, sendo organizada, permite criar uma estrutura curricular que verse sobre a flexibilidade, pluralidade, diversidade e interdisciplinaridade em sua composição. Buscando promover, nesse sentido, um processo educacional que considere essas múltiplas ideias e práticas como fundadoras do aprender, fazer, conviver e do ser.

As disciplinas, portanto, deste PPC foram pensadas para tentar atender a esses pilares, no intuito de alcançar uma formação mais concatenada com as necessidades da sociedade, bem como, com as demandas postas pelo Estado.

OBJETIVOS

Objetivo Geral

Formar profissionais com amplo conhecimento em gestão pública, capazes de atuar no âmbito federal, estadual e municipal, gerindo com competência as organizações governamentais e não governamentais, de modo proativo, democrático e ético, tendo em vista a transformação e o desenvolvimento da sociedade.

Objetivos Específicos

O curso superior em gestão pública tem como objetivos específicos:

1. Propiciar a formação técnico-científica e humanística do egresso de forma a capacitar-lhe para atuar em pesquisa, planejamento, implementação, coordenação, controle, fiscalização e avaliação no campo da gestão pública;
2. Possibilitar ao estudante ampla formação teórica e prática para agir dentro dos princípios éticos, morais, legais e cívicos, necessários ao bom exercício da profissão;
3. Capacitar o egresso para enfrentar os desafios e as peculiaridades locais e regionais, considerando a função social que deve exercer como profissional e cidadão plenamente integrado à comunidade;
4. Preparar lideranças para a gestão pública, incentivar os novos empreendedores públicos e capacitar os profissionais já inseridos no mercado de trabalho para atuação na gestão pública;
5. Formar profissionais aptos a contribuir para o aperfeiçoamento da capacidade de governança, coordenação e da gestão cooperativa das políticas públicas, capazes de gerir com excelência e legitimidade as organizações, políticas, programas e projetos públicos, tanto sob a dimensão operacional como estratégica e em consonância com os princípios da administração pública;
6. Possibilitar que os alunos compreendam a dimensão nacional e internacional do exercício profissional, com vistas ao aperfeiçoamento da cooperação internacional e o seu alinhamento com as políticas nacionais e subnacionais;
7. Formar profissionais capazes de aperfeiçoar a gestão, estimulando o uso qualificado de tecnologias da informação e comunicação para a gestão das políticas e organizações públicas e do terceiro setor;
8. Apoiar a consolidação de uma rede de pesquisa e conhecimento, formada por professores, pesquisadores, lideranças, agentes, especialistas, desenvolvedores de conteúdos, além de gestores e dirigentes públicos, que contribua para a consolidação da gestão pública como dimensão central das estratégias de desenvolvimento;

9. Contribuir para a profissionalização do quadro funcional e do aperfeiçoamento dos processos de trabalho nas organizações públicas, em especial no Estado e nos municípios paraibanos;

10. Proporcionar uma formação voltada à compreensão do contexto atual do Estado brasileiro, em sua dimensão federativa, assim como das transformações no âmbito interno e externo às organizações do âmbito público, privado e do terceiro setor.

PERFIL PROFISSIONAL

A questão sobre que perfil profissional queremos formar, tem provocado uma reflexão diante do projeto pedagógico-curricular dos cursos. Mas por outro lado, a pergunta que se indaga sobre o perfil profissional se relaciona também com uma visão de futuro. Ou seja, qual profissional sairá para o mercado de trabalho, para a família e para sociedade? Essa interrogação permite ampliar que o perfil profissional é algo mais amplo do que meramente pensar no mercado de trabalho.

Forma-se o homem para vida. A sua atividade de trabalho é apenas uma dimensão que o ser participa. Ele também participa de outros espaços, que exigem outras funções desse mesmo sujeito.

Diante disso, o foco do curso é a gestão pública. Nesse sentido, o perfil de profissional se pauta também na formação da cidadania desse sujeito, que antes mesmo, dele ser um tecnólogo em gestão pública, ele se percebe e interaja na sociedade como um cidadão, atuando no espaço público, como usuário de serviços, como profissional da área, mas também, como criador de um Estado mais capacitado para agir em prol dos direitos e deveres dos homens em sociedade.

A partir dessa ideia e dos pilares que incidem sobre a formação do referido profissional, espera-se que o curso forme um indivíduo intelectual, crítico, técnico e agente de transformação na sociedade brasileira.

Assim, os valores que perpassam o perfil profissional são respeito, zelo, compromisso, capacitação técnica e política em atuar nos diversos espaços de trabalho e nos espaços públicos de participação política e que incida na sua formação e na educação de sua família.

Para isso, o curso deve ter as condições de se colocar como central na formação acadêmica do aluno, preparando-o para atuar por meio de um curso especializado e adaptado às necessidades da vida econômica e social do país, da região e do estado em que está inserido. A formação do referido curso, deve dispor, também, da possibilidade de se exprimir com toda a independência e responsabilidade acerca de problemas éticos e sociais para ajudar a sociedade a refletir, compreender e agir.

Para esse fim, o projeto pedagógico destaca também que procurará efetivar seu caráter multidisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar, bem como a integração entre teoria e prática, para garantir uma formação acadêmica que dê ao egresso, um perfil de pesquisador, consultor e analista de gestão pública e gestão social, por meio de incentivos à atividade de ensino e de iniciação científica e extensão.

Desse modo, espera-se também, formar um profissional responsável e ético em seu fazer cotidiano em todas as instâncias de sua vida.

COMPETÊNCIAS, ATITUDES E HABILIDADES

No âmbito acadêmico, pode-se conceituar que competências são, segundo Perrenoud (1999, p. 30), “a faculdade de mobilizar um conjunto de recursos cognitivos (saberes, capacidades, informações etc.). Para solucionar com pertinência e eficácia uma série de situações”. De acordo com Ferreira (2001, p.48), “A construção de competências é inseparável da formação dos esquemas mentais que mobilizam os conhecimentos adquiridos, num determinado tempo ou circunstância. A mobilização dos diversos recursos cognitivos, numa determinada situação, assegura-se pela experiência vivenciada. O sujeito não consegue desenvolvê-la apenas com interiorização do conhecimento. É preciso internalizá-la buscando uma postura reflexiva, capaz de torná-la uma prática eficaz”. Habilidades são consideradas menos amplas do que as competências. Várias habilidades constituem uma competência e uma habilidade não pertence a determinada competência, pois uma mesma habilidade pode contribuir para competências diferentes.

Desse modo, o conjunto de competências e habilidades, exigem que atitudes sejam tomadas, perseguidas e executadas para o profissional presente de fato sua formação técnica e política.

Nesse sentido, espera-se que o profissional oriundo do Bacharelado em Gestão Pública irá adquirir as seguintes competências, atitudes e habilidades:

- Reconhecer e analisar problemas, identificar relações e prioridades da agenda pública, formular soluções, compreender e atuar no processo da tomada de decisão e situações de risco;
- Pensar estrategicamente, propor e efetivar modificações, atuar preventivamente, transferir e disseminar conhecimentos, em diferentes graus de complexidade;
- Estimular a iniciativa, criatividade e determinação, compreendendo os papéis dos diversos atores e agentes envolvidos, com capacidade de articular, negociar e gerir acordos;
- Desenvolver a capacidade para elaborar, implementar, consolidar e inovar programas, projetos e processos institucionais na esfera pública, com a consciência da qualidade, bem-estar e justiça social para todos os cidadãos brasileiros, levando em consideração as implicações éticas e políticas do seu exercício profissional.

CAMPO DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL

O egresso do Curso de Bacharelado em Gestão Pública dispõe de um campo de atuação profissional amplo e em expansão. Por exemplo, o estudo do IPEA (2009) *Emprego público no Brasil: Comparação internacional e evolução recente* revelou que o emprego público encontra-se em expansão no Brasil.² De acordo com o mencionado estudo, entre os anos 2003 e 2007, o setor público brasileiro (nos três poderes e nas três esferas de governo) gerou 1.352.870 novos empregos públicos, enquanto o setor público na região nordeste gerou, neste mesmo período, 329.753 novos empregos.

QUADRO 1. Emprego público em relação à população total por grandes regiões.

Brasil e Grandes Regiões	2003			2007		
	População	Emprego Público	EP/POP (%)	População	Emprego Público	EP/POP (%)
BRASIL	175.987.612	8.815.810	5,01%	189.820.330	10.168.680	5,36%
NORTE	10.345.254	721.961	6,98%	15.402.920	883.638	5,74%
NORDESTE	49.950.695	2.351.179	4,71%	52.304.743	2.691.932	5,15%
SUDESTE	76.499.625	3.586.977	4,69%	80.845.449	4.179.463	5,17%
SUL	26.366.154	1.338.571	5,08%	27.704.348	1.490.751	5,38%
CENTRO OESTE	12.570.256	817.122	6,50%	13.562.870	922.896	6,80%

Fonte: PNAD (população) e RAIS (emprego público). Elaboração: IPEA, in *Emprego público no Brasil: Comparação Internacional e evolução recente*. Brasília: IPEA, 2009.

O quadro acima revela que, mesmo tendo crescido o número de empregos públicos na região nordeste, este número representa uma taxa de emprego público em relação à população abaixo da média nacional (5,15% da taxa nordestina contra a média brasileira de 5,36%), apresentando, portanto, um relevante potencial de expansão para os próximos anos. Outro estudo recente de Liana Carleial e Bruno Cruz (2012), ao analisar os principais setores responsáveis pela criação de empregos ente 2003 e 2008 nas regiões brasileiras, revela que o setor público é um dos principais geradores de emprego em todas as regiões. *Na região nordeste, o setor público foi o que mais gerou empregos*, à frente do setor de comércio, da indústria de transformação e do setor de

² Considerando-se um conceito abrangente de emprego público englobando (a) trabalhadores da administração direta em todas as esferas de governo, (b) as ocupações da administração indireta (autarquias, fundações e demais órgãos autônomos do setor público) e (c) os empregados de empresas estatais (tanto de empresas públicas quanto de sociedades de economia mista sob controle direto ou indireto do Estado).

construção civil.³ Isso significa que o setor público gerou na região nordeste mais de 25% do total de empregos criados no período 2003-2008, tendo respondido por praticamente a mesma quantidade que os setores industriais e da construção somados. Por esta razão, é crescente a percepção da importância e da legitimidade da carreira de gestor público - profissional que pode atuar, dentre outras possibilidades, como servidor público ou prestador de serviços em organizações públicas, da administração pública direta ou indireta, dos poderes executivo, legislativo e judiciário, nas esferas federal, estadual ou municipal.

O profissional formado em gestão pública detém as habilidades e competências necessárias para realizar a análise do funcionamento das instituições públicas. De natureza eminentemente inter, multi e transdisciplinar, a formação deste profissional envolve a articulação de diversas disciplinas – em especial, a Administração, as Ciências Contábeis, as Ciências Sociais, a Ciência Política, a Economia, o Direito, a Psicologia e a Tecnologia de Informação. A formação confere a capacitação necessária para uma atuação profissional intelectualmente flexível e contextualmente adaptável no trato dos problemas atuais e futuros da gestão pública.

No setor público, este profissional poderá atuar na formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas, programas e projetos governamentais, nas mais diversas áreas de políticas públicas – saúde, educação, cultura, infraestrutura, meio ambiente, segurança, geração de emprego e renda, energia, acesso à justiça, desenvolvimento científico e tecnológico, esporte e lazer, assistência social, comunicação, segurança alimentar, habitação, saneamento, regulação de serviços públicos, etc. No campo das organizações públicas, o egresso do curso de Bacharelado em Gestão Pública poderá atuar em empresas públicas e de economia mista – federais, estaduais e municipais – assim como nas agências responsáveis pela regulação da prestação de serviços de interesse coletivo. Além destas organizações nacionais, o egresso do curso de gestão pública também poderá atuar em organismos internacionais e organizações multilaterais, tais como em organizações do sistema das Nações Unidas (PNUD, OIT, UNESCO, OMS, OMC), e outras no âmbito regional (destacadamente MERCOSUL, UNASUL, OEA, Cepal e outras).

Além disso, o profissional também poderá vincular-se a organizações privadas, especialmente aquelas que operam em atividades com forte interação com o setor público brasileiro, tais como aquelas prestadoras de serviços de interesse público sob regime de contratos de prestação de serviços e de concessão pública, nas prestadoras privadas de serviços diretos às organizações públicas e/ou nas fornecedoras de insumos e materiais para o funcionamento e operação das organizações e das políticas públicas.

³ CARLEIAL, Liana; CRUZ, Bruno. A hora e a vez do desenvolvimento regional brasileiro: uma proposta de longo prazo. Rio de Janeiro: Brasília: IPEA, 2012. 36 p. (Texto para Discussão, 1729)

Não se pode desconsiderar o fato de que o setor público é o principal comprador e contratador de produtos e serviços na economia brasileira, sendo, deste modo, de fundamental importância que as empresas privadas detenham, entre seus quadros, profissionais que entendam o funcionamento das instituições públicas brasileiras.

Ademais, os egressos do curso de gestão pública também podem atuar em instituições sem fins lucrativos que desenvolvem atividades de interesse coletivo, tais como aquelas que atuam na promoção do bem estar social, defesa do meio ambiente, promoção da cultura, da economia solidária, do desenvolvimento regional, da pesquisa e inovação tecnológica, dentre outros setores.

Os egressos deste curso podem, ainda, atuar na prestação de consultorias e assessorias nas diversas áreas e atividades da gestão pública, assim como em atividades de pesquisa e avaliação de políticas, programas e organizações públicas.

Deste modo, além de a gestão pública ser um amplo setor e em clara expansão, é importante destacar o papel estratégico que os egressos do curso de Bacharelado em Gestão Pública podem desempenhar, contribuindo para qualificar o funcionamento das organizações públicas e as políticas, programas e projetos implementados, contribuindo, assim, de forma decisiva para o desenvolvimento dos territórios onde vierem a atuar.

METODOLOGIA E SISTEMÁTICA

O Curso de Bacharelado em Gestão Pública parte da perspectiva de que é preciso fortalecer a autonomia dos educandos, valorizando e respeitando a sua cultura, seus conhecimentos e sua individualidade no contexto da autonomia universitária. Neste sentido, reconhece-se que o aprendizado é um processo obtido socialmente, não é um ato de mera transmissão de conhecimentos, mas de criação de oportunidades para a construção dos saberes – um processo de formação no qual o educando se torna sujeito de seu conhecimento e tanto educando quanto o educador integram um processo de mútuo aprendizado.⁴

A partir desta visão, cabe aos docentes do Curso de Bacharelado em Gestão Pública incentivar e auxiliar os discentes na fixação de seus próprios objetivos educacionais, promovendo a educação de sujeitos autônomos, construtores ativos de seus conhecimentos acadêmicos, e metodologicamente competentes. Desta forma, no início de cada período letivo, os professores definirão as estratégias de ensino alinhadas aos objetivos e competências de cada unidade curricular, de acordo com os princípios da interdisciplinaridade e da transversalidade, marcos fundamentais deste projeto pedagógico, sem descuidar do processo contínuo de apoio à consolidação dos objetivos educacionais dos estudantes.

Em atenção a esta lógica de aprendizagem:

- i. cada semestre tem uma estrutura básica, no princípio organizada homogeneamente entre aulas, concentradas no período inicial do curso, e em seguida, projetos, desenvolvidos na parte final da disciplina;
- ii. a matriz curricular do curso é organizada de forma que as habilidades profissionais são praticadas durante os projetos realizados no âmbito das disciplinas, que prevalecem entre o terceiro e o sexto semestre; e
- iii. o conhecimento profissional é exercitado durante o projeto baseado em problemas, apoiado pela prática do estágio curricular, entre o sétimo e o oitavo semestre, quando é conduzida a pesquisa individual sobre uma base interdisciplinar que resultará no Trabalho de Conclusão do Curso.

O objetivo do projeto é “aprender a fazer”, “aprender na ação”, segundo o modelo pedagógico da Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP). Por meio desta prática pedagógica diferenciada, inspirada pelos princípios da flexibilidade e do aprendizado cooperativo que orientam este projeto pedagógico, os discentes dispõem um ambiente adequado à aprendizagem orientada para a resolução de problemas, utilizando casos que sirvam de base para as atividades didáticas, trazendo para a sala de aula questões atuais da gestão pública. Nesse processo, se enfatiza a dimensão dialógica, a educação

⁴ FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

contextualizada, tomando o conhecimento dos educandos como ponto de partida do processo de ensino-aprendizagem, da formação crítica, que estimula a reflexão sobre a realidade dos educandos e da sociedade em geral. Os alunos são estimulados a resolver problemas, pensar criticamente e buscar ativamente o conhecimento a partir de ferramentas metodologicamente adequadas, desde o início do curso.

Em respeito ao princípio da aprendizagem cooperativa, o aprendizado baseado em problemas desenvolve questões relevantes atuais, para as quais a sociedade e as organizações sociais, públicas ou privadas, não encontram solução. Assim, ao analisar mais profundamente essas questões, os alunos aprendem e utilizam as disciplinas e teorias consideradas necessárias à resolução de determinado problema, isto é, os problemas orientam as disciplinas vice-versa. Este método, executado mediante a realização de projetos, permite que os parceiros no processo de aprendizado (alunos, professores, apoiadores) escolham os problemas com os quais desejam trabalhar e tentem analisá-los e resolvê-los conjuntamente. De modo geral, essa forma de aprendizagem permite que os graduados sejam capazes de resolver no futuro problemas não necessariamente identificados à época da graduação.⁵

O estímulo à relação teoria-prática, como eixo principal das atividades educacionais, também é articulado por meio da tríade ensino-pesquisa-extensão, permeando e orientando as atividades didáticas em todo o curso, demandando dos alunos a participação nas mais diversas atividades complementares. Por isso, valorizam-se a execução de aulas expositivo-interativas, além de outras estratégias de ensino, como estudo do meio, estudo dirigido, visitas técnicas, estudos de caso, seminários, fóruns de debates, entre outras – reconhecendo também a importância do desenvolvimento das habilidades interpessoais do trabalho em equipe.

O Curso de Bacharelado em Gestão Pública também reconhece que os recursos da tecnologia da informação são importantes mediadores da relação ensino-aprendizagem. Por isso, a utilização dos laboratórios de informática é incentivada, como forma de possibilitar as atividades de pesquisa, tornar as aulas mais interativas e dinâmicas e, principalmente, familiarizar o aluno com os recursos tecnológicos que serão úteis em sua atuação profissional. Além disso, é permitido aos docentes, segundo regulamento próprio aprovado pelo Colegiado Departamental, a utilização de plataformas de ensino à distância para cumprir uma parcela da carga horária do curso, porém não ultrapassando vinte por cento da carga horária total do curso, em acordo com a Portaria 4.059 do Ministério da Educação, de 2004.

Em consonância com os princípios pedagógicos que orientam a execução do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Federal da Paraíba, o curso superior em gestão pública propicia aos seus

⁵ ENEMARK, Stig; KJAERSDAM, Finn. A ABP na teoria e na prática: a experiência de AALBORG na inovação do projeto no ensino universitário. In. Ulisses Araújo e Genoveva Sastre (Org). Aprendizagem Baseada em Problemas no Ensino Superior. São Paulo: Summus, 2009.

estudantes uma estrutura curricular orientada pelo princípio da flexibilidade. Em razão disto, a grade curricular do curso: i) contém um número reduzido de disciplinas com pré-requisitos, de modo a possibilitar diferentes percursos dentro do conjunto de disciplinas básicas, profissionais e complementares; ii) oferta cinco disciplinas optativas, duas disciplinas livres e diversas atividades complementares, que permitem ao estudante a escolha de um conjunto de conteúdos e atividades mais próximos ao seu campo de interesse. Deste modo, o curso busca um equilíbrio entre disciplinas consideradas básicas, indispensáveis à formação e à atividade profissional, e um amplo conjunto de conteúdos e atividades abertas aos interesses dos estudantes e, mesmo, das tendências em curso no campo da gestão pública contemporânea.

A interdisciplinaridade também é uma das características importantes do curso superior em gestão pública, na medida em que seu currículo é composto por disciplinas e atividades de diversas áreas, oriundas destacadamente da Administração, da Ciência Política, da Contabilidade, do Direito, da Economia, da Estatística, da Psicologia e das Tecnologias de Informação e Comunicação, além de outros conteúdos aplicados à gestão pública contemporânea.

Além disso, o currículo é composto por uma série de conteúdos, específicos e multidisciplinares, associados à formulação e gestão de políticas públicas setoriais, tais como, educação, saúde, cultura, geração de emprego e renda, assistência social, segurança alimentar, transportes, infraestrutura, energia, ciência e tecnologia, habitação, meio ambiente, saneamento e segurança pública, para mencionar alguns exemplos de campos com os quais o curso dialoga.

Por fim, o curso superior em gestão pública promove a organização dos conteúdos de suas diferentes disciplinas e atividades com base num conjunto de seis eixos transversais. Estes eixos têm por objetivo estabelecer fios condutores que devem perpassar, sempre que possível, o conjunto de disciplinas e atividades desenvolvidas ao longo do curso. Os eixos transversais estabelecidos para o curso são os seguintes:

- Democracia participativa;
- Desenvolvimento sustentável e justiça social;
- Ética e responsabilidade pública;
- Gênero, raça, condição socioeconômica e diversidade cultural;
- Inovação e excelência (eficiência, eficácia, efetividade) e legitimidade.

A matriz curricular do Curso de Bacharelado em Gestão Pública está organizada pedagogicamente em três dimensões, perpassadas pelos eixos transversais do curso:

- Primeira Dimensão– Básica: oferta as disciplinas introdutórias de gestão pública, preparando o aluno para o modelo de Aprendizado Baseado em Problemas. O propósito deste momento é o domínio do contexto, conceitos e categorias fundamentais;
- Segunda Dimensão – Técnica: abrange dois anos de estudo das principais áreas técnicas da gestão pública. Neste momento, os conhecimentos necessários são ensinados com aulas, e as habilidades profissionais, por meio do desenvolvimento dos projetos. O propósito deste momento é desenvolver a habilidade de *saber como*;
- Terceira Dimensão – Profissional: possibilita a especialização do aluno, por meio de cursos que contenham a teoria necessária às áreas profissionais específicas e ao domínio da metodologia de análise e resolução de problemas. Neste momento também são oferecidos estágios, intercâmbios e experiência em pesquisa. Esta dimensão é concluída com o Trabalho de Conclusão de Curso, cujo propósito é demonstrar a capacidade profissional, teórica e metodológica do formando. O propósito deste momento é desenvolver a habilidade de *saber porquê* e aplicar soluções.

Em conformidade com a Resolução CONSEPE/UFPB nº16/2015, o currículo do Curso de Bacharelado em Gestão Pública é um instrumento de produção e transmissão do conhecimento, possibilitando a prática interdisciplinar e integrada entre o ensino, a pesquisa e a extensão por meio das disciplinas e das atividades acadêmicas, distribuídas segundo o quadro (2).

QUADRO 2. Quadro Resumo de Distribuição de Carga Horária

Conteúdos	Créditos	Carga Horária	%
Conteúdos Básicos Profissionais (BP)	100	1.500	50
Conteúdos de Complementar Obrigatório (COB)	56	840	28
Conteúdos Complementares Optativos (COP)	24	360	12
Conteúdos Complementares Flexíveis (CF)	20	300	10
Trabalho de Conclusão de Curso	8	120	4
Estágio Supervisionado	20	300	10
Atividades Complementares	20	300	10
Carga Horária Total do Curso	200	3.000	100

1. Disciplinas obrigatórias (2.100h/a)

O Curso de Bacharelado em Gestão Pública exige a realização de disciplinas obrigatórias. Segundo as principais áreas temáticas do curso, as disciplinas estão dispostas da seguinte forma:

A. Fundamentos, Métodos e Técnicas de Pesquisa (300h/a):

1. Metodologia do trabalho científico (60h/a);
2. Matemática aplicada (60h/a);
3. Estatística para ciências humanas e sociais I (60h/a);
4. Fundamentos das ciências sociais (60h/a);
5. Fundamentos da ciência política (60h/a);

B. Direito, regulação e contratos (300h/a):

1. Introdução ao estudo do direito (60h/a);
2. Direito constitucional (60h/a);
3. Direito administrativo (60h/a);
4. Gestão de licitações, contratos e convênios (60h/a);
5. Regulação e gestão de serviços públicos (60h/a);

C. Econômico, contábil e financeiro (540h/a):

1. Introdução à economia (60h/a);
2. Fundamentos da contabilidade (60 h/a);
3. Gestão financeira (60h/a);
4. Orçamento público (60h/a);
5. Contabilidade pública (60h/a);
6. Macroeconomia (60h/a);
7. Controle e auditoria pública (60h/a);
8. Economia brasileira (60h/a);
9. Economia do setor público (60h/a).

D. Gestão pública (720h/a):

1. Teoria geral da administração (60h/a);
2. Fundamentos da gestão pública (60h/a);
3. Gestão de pessoas no setor público (60h/a);
4. Políticas públicas (60h/a);
5. Gestão de processos e estruturas organizacionais (60h/a);
6. Planejamento governamental (60h/a);
7. Ética na gestão pública (30h/a);
8. Elaboração e gestão de programas e projetos públicos (60h/a);
9. Gestão de políticas públicas (60h/a);
10. Gestão municipal (60h/a);
11. Avaliação de políticas públicas e programas governamentais (60h/a);
12. Gestão estadual e regional (30h/a);
13. Desenvolvimento Sustentável (60h/a).

E. Estágio Supervisionado, Pesquisa Aplicada e Trabalho de Conclusão de Curso (480h/a):

14. Pesquisa Aplicada (60h/a);
15. Trabalho de Conclusão de Curso (120h/a).

A disciplina de Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) é tratada, conjuntamente, com a disciplina de Pesquisa Aplicada. De acordo com os princípios da relação teoria-prática e da integração ensino-pesquisa-extensão, o TCC é componente curricular obrigatório, cujo tema deve estar relacionado ao estágio supervisionado e as demais atividades complementares desenvolvidas pelo estudante, a partir da disciplina de Pesquisa Aplicada.

O objetivo do TCC é proporcionar ao estudante o desenvolvimento da capacidade de aplicação de conhecimentos específicos da gestão pública, por meio da realização de estudos, teórica e socialmente relevantes, que contribuam para aprimorar a capacidade técnica e profissional do futuro egresso.

A avaliação do trabalho de conclusão observa os requisitos do trabalho acadêmico escrito, bem como a sua apresentação oral e as respostas às arguições de banca examinadora, à qual o trabalho será submetido para avaliação final. Os procedimentos para a realização do TCC são regulamentados por resolução específica do departamento.

2. Disciplinas optativas (240h/a)

De acordo com os princípios que orientam o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Federal da Paraíba, o Curso de Bacharelado em Gestão Pública permite ao estudante cursar disciplinas optativas oferecidas pelo departamento. A oferta das disciplinas optativas é regulamentada pelo Colegiado Departamental. As disciplinas optativas não tem pré-requisito e sua oferta é aberta aos demais alunos da Universidade Federal da Paraíba.

As disciplinas optativas oferecidas pelo Curso de Bacharelado em Gestão Pública são:

1. Gestão de recursos logísticos e patrimoniais;
2. Desenvolvimento, território e meio ambiente;
3. Economia regional e urbana;
4. Sistemas de informação governamental para o setor público;
5. Sistemas de informação e governança eletrônica;
6. Governança no setor público;
7. Políticas sociais;
8. Economia solidária;
9. Terceiro setor;
10. Marketing institucional;
11. Direitos humanos e gestão pública;
12. Psicologia social do trabalho;
13. Inovação no setor público;
14. Administração pública comparada;
15. Legística;
16. Elaboração de atos oficiais;
17. Federalismo e relações intergovernamentais;
18. Processo decisório e negociação;
19. Redação oficial;
20. Teoria e análise crítica da corrupção;
21. Gestão de desempenho;
22. Gestão de redes de articulação interinstitucional;

23. Cooperação internacional;
24. Residência em gestão de políticas públicas – I;
25. Residência em gestão de políticas públicas – II;
26. Tópicos especiais em métodos e técnicas de pesquisa – I;
27. Tópicos especiais em métodos e técnicas de pesquisa – II;
28. Tópicos especiais em métodos e técnicas de pesquisa – III;
29. Tópicos especiais em métodos e técnicas de pesquisa – IV;
30. Tópicos especiais em direito, regulação e contratos – I;
31. Tópicos especiais em direito, regulação e contratos – II;
32. Tópicos especiais em direito, regulação e contratos – III;
33. Tópicos especiais em direito, regulação e contratos – IV;
34. Tópicos especiais em economia, contabilidade e finanças – I;
35. Tópicos especiais em economia, contabilidade e finanças – II;
36. Tópicos especiais em economia, contabilidade e finanças – III;
37. Tópicos especiais em economia, contabilidade e finanças – IV;
38. Tópicos especiais em gestão pública – I;
39. Tópicos especiais em gestão pública – II;
40. Tópicos especiais em gestão pública – III;
41. Tópicos especiais em gestão pública – IV;
42. LIBRAS;

3. Disciplinas livres (120h/a)

De acordo com o princípio da flexibilidade que orientam o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Federal da Paraíba, o Curso de Bacharelado em Gestão Pública permite ao estudante cumprir 120h/a em disciplinas livres, oferecidas por qualquer departamento da Universidade Federal da Paraíba.

4. Componentes Curriculares Obrigatórios

De acordo com a Resolução CONSEPE/UFPB nº. 16/2015, os componentes curriculares de “Educação das Relações Étnico-Raciais” e “Educação Ambiental” serão ofertadas transversalmente, conforme determinação do Colegiado de Curso (observar a incorporação dos conteúdos nas disciplinas de Fundamento das Ciências Sociais e Desenvolvimento Sustentável).

5. Atividades complementares (300h/a)

As atividades complementares têm como objetivo promover o desenvolvimento de competências por meio de atividades opcionais, intra e interdisciplinares, que contribuam para o desenvolvimento do estudante no ensino, pesquisa, extensão. A relação das atividades complementares admitidas e a sua correspondente hora/aula serão estabelecida em regulamento próprio do Colegiado de Curso.

6. Estágio supervisionado (300h/a)

O estágio supervisionado é um dos principais componentes didáticos do Curso de Bacharelado em Gestão Pública, pois além de ser obrigatório, materializa o princípio da aprendizagem cooperativa que articula os demais princípios didático-pedagógicos do

curso. O objetivo geral do estágio supervisionado é proporcionar o desenvolvimento teórico-prático dos estudantes por meio da intervenção responsável deste na realidade cotidiana dos gestores públicos. Desta forma, permite-se ao estudante o real entendimento acerca dos desafios da gestão pública, dos problemas vivenciados cotidianamente pelos seus agentes e de sua importância, como cidadão e profissional, para a construção de soluções inovadoras, eficazes, eficientes e efetivas aos problemas de natureza pública.

O estágio supervisionado é uma prática de aprendizagem colaborativa que permite aos parceiros do projeto de estágio (aluno, professor e apoiadores): a) compartilhar objetivos de desenvolvimento; b) partilhar visões acerca dos problemas comuns e suas possíveis soluções; c) fortalecer o entendimento da interdependência, a partir do reconhecimento de que o crescimento individual e coletivo depende dos demais (mútua cooperação).

Como as experiências nacionais e internacionais evidenciam, esta nova prática de interação em rede entre a universidade e a comunidade é socialmente transformadora, pois: i) enriquece o processo de aprendizado, baseado na construção autônoma de conhecimentos, por meio das diversas experiências do sujeito; ii) permite que a universidade contribua ativamente para o desenvolvimento social, reconhecendo sua interdependência e responsabilidade para com a melhoria do bem-estar da comunidade.

O estágio supervisionado tem como objetivos específicos:

- i. complementar o processo de ensino-aprendizagem, por meio da conscientização e a busca do aprimoramento pessoal e profissional;
- ii. promover o entendimento sobre a tecnologia, as diretrizes, a forma de organização e de funcionamento das instituições sociais;
- iii. possibilitar a integração e aplicação das competências adquiridas ao longo do curso em situações reais;
- iv. participar de forma responsável nos processos de formulação, implementação e avaliação de projetos de desenvolvimento;
- v. permitir o processo de construção e reconstrução da identidade profissional, ao longo do processo de formação do profissional da gestão pública.

As atividades de estágio são regulamentadas pela Resolução CONSEPE/UFPB nº. 16/2015. Além disso, as atividades de estágio são regidas por regulamento específico, aprovado pelo colegiado de curso.

QUADRO 3. Matriz Curricular do Curso Bacharelado em Gestão Pública

Nº	Disciplina	Nº CR	C. H.	Conteúdo	Natureza
1	Metodologia do trabalho científico	4	60	COB	Obrigatória
2	Matemática aplicada	4	60	COB	Obrigatória
3	Estatística para Ciências Humanas e Sociais I	4	60	COB	Obrigatória
4	Fundamentos das ciências sociais	4	60	COB	Obrigatória
5	Fundamentos da ciência política	4	60	COB	Obrigatória
6	Introdução ao estudo do direito	4	60	COB	Obrigatória
7	Direito constitucional	4	60	COB	Obrigatória
8	Direito administrativo	4	60	BP	Obrigatória
9	Gestão de licitações, contratos e convênios	4	60	BP	Obrigatória
10	Regulação e gestão de serviços públicos	4	60	BP	Obrigatória
11	Introdução à economia	4	60	BP	Obrigatória
12	Fundamentos da contabilidade	4	60	BP	Obrigatória
13	Gestão financeira	4	60	BP	Obrigatória
14	Orçamento público	4	60	BP	Obrigatória
15	Contabilidade pública	4	60	BP	Obrigatória
16	Macroeconomia	4	60	BP	Obrigatória
17	Controle e auditoria pública	4	60	BP	Obrigatória
18	Economia brasileira	4	60	COB	Obrigatória
19	Economia do setor público	4	60	COB	Obrigatória
21	Teoria geral da administração	4	60	BP	Obrigatória
22	Gestão pública	4	60	BP	Obrigatória
23	Gestão de pessoas no setor público	4	60	BP	Obrigatória
24	Políticas públicas	4	60	BP	Obrigatória
26	Gestão de processos e estruturas organizacionais	4	60	BP	Obrigatória
27	Planejamento governamental	4	60	BP	Obrigatória
28	Ética na gestão pública	2	30	BP	Obrigatória
29	Elaboração e gestão de programas e projetos públicos	4	60	COB	Obrigatória
30	Gestão de políticas públicas	4	60	BP	Obrigatória
32	Gestão municipal	4	60	BP	Obrigatória
33	Avaliação de políticas públicas e programas governamentais	4	60	BP	Obrigatória
34	Gestão estadual e regional	2	30	BP	Obrigatória
35	Desenvolvimento Sustentável	4	60	COB	Obrigatória
36	Pesquisa aplicada	4	60	COB	Obrigatória
37	Optativa - I	4	60	COP	Optativa
38	Optativa – II	4	60	COP	Optativa

Nº	Disciplina	Nº CR	C. H.	Conteúdo	Natureza
39	Optativa – III	4	60	COP	Optativa
40	Optativa – IV	4	60	COP	Optativa
41	Livre - I	4	60	COP	Livre
42	Livre - II	4	60	COP	Livre
43	Trabalho de Conclusão de Curso	8	120	COB	Obrigatória
44	Atividades Complementares	20	300	CF	Obrigatória
45	Estágio Supervisionado	20	300	BP	Obrigatória
Carga Horária Total		200	3000		

BP Conteúdos Básicos Profissionais

COB Conteúdos Complementares Obrigatórios

COP Conteúdos Complementares Optativos

CF Conteúdos Complementares Flexíveis

QUADRO - 4. Representação Gráfica da Matriz Curricular e Distribuição das Disciplinas

1º semestre	Fundamentos da Gestão Pública (4 créditos)	Introdução à Economia (4 créditos)	Matemática Aplicada (4 créditos)	Introdução ao Estudo do Direito (4 créditos)	Fundamentos das Ciências Sociais (4 créditos)	
2º semestre	Teoria Geral da Administração (4 créditos)	Fundamentos da Contabilidade (4 créditos)	Direito Constitucional I (4 créditos)	Metodologia do Trabalho Científico (4 créditos)	Fundamentos da Ciência Política (4 créditos)	
3º semestre	Estatística para Ciências Humanas e Sociais I (4 créditos)	Contabilidade Pública (4 créditos)	Direito Administrativo (4 créditos)	Políticas Públicas (4 créditos)	Gestão de Processos e Estruturas Organizacionais (4 créditos)	
4º semestre	Orçamento Público (4 créditos)	Macroeconomia (4 créditos)	Gestão de Licitações, Contratos e Convênios Públicos (4 créditos)	Planejamento Governamental (4 créditos)	Pesquisa Aplicada (4 créditos)	
5º semestre	Gestão de Pessoas no Setor Público (4 créditos)	Regulação e Gestão de Serviços Públicos (4 créditos)	Elaboração de Programas e Projetos Públicos (4 créditos)	Economia Brasileira (4 créditos)	Finanças Públicas (4 créditos)	
6º semestre	Desenvolvimento Sustentável (4 créditos)	Economia do Setor Público (4 créditos)	Controle e Auditoria Pública (4 créditos)	Gestão Municipal (4 créditos)	Gestão de Políticas Públicas (4 créditos)	Estágio 1
7º semestre	Gestão Estadual e Regional (2 créditos)	Avaliação de Políticas Públicas e Programas Governamentais (4 créditos)	Livre – I (4 créditos)	Optativa – I (4 créditos)	Optativa –II (4 créditos)	Estágio 2
	Ética na Gestão Pública (2 créditos)					
8º semestre	Livre – II (4 créditos)	Optativa – III (4 créditos)	Optativa – IV (4 créditos)	TCC (8 créditos)		

Pré-requisitos

Em respeito ao princípio da flexibilidade curricular, somente a disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso exige como pré-requisito a disciplina de Pesquisa Aplicada. Esta exigência visa assegurar que os estudantes disponham do conhecimento prévio necessário ao bom andamento do Trabalho de Conclusão do Curso.

Sistema de Avaliação

O sistema de avaliação do curso superior em gestão pública é regido pelas normas estabelecidas na Resolução CONSEPE/UFPB nº. 16/2015, conforme síntese abaixo.

A aprovação do discente nas disciplinas do Curso de Bacharelado em Gestão Pública terá por base a apuração da frequência, as atividades didáticas e a avaliação do aproveitamento escolar. O discente será aprovado se obtiver:

- i. 75% (setenta e cinco por cento) da frequência às atividades didáticas respectivas, programadas para o período letivo;
- ii. nota igual ou superior a 5 (cinco) na disciplina, no período letivo correspondente.

O aproveitamento escolar será expresso por nota compreendida entre 0 (zero) e 10 (dez), atribuída a cada verificação parcial e ao exame final. O aproveitamento escolar deverá refletir o acompanhamento contínuo do desempenho do aluno em todas as atividades didáticas, avaliado através de exercícios de verificação. O número de exercícios escolares por disciplina será, no mínimo, 2 (dois) para as disciplinas de carga horária de até 45h/a (quarenta e cinco horas) e no mínimo 3 (três) para as disciplinas de carga horária superior a 45h/a (quarenta e cinco horas), ressalvados o estágio supervisionado e o trabalho de conclusão de curso, cuja regulamentação está prevista em resolução departamental específica.

A avaliação é um processo contínuo, que reflete a evolução do conhecimento, das habilidades, competências e atitudes do aluno, apreendidas ao longo do curso, sendo traduzida em conceitos que demonstram o seu nível de aprendizagem. As atividades de avaliação podem contemplar: a) prova escrita; b) prova oral; c) auto avaliação; d) estudos de caso; e) estudos dirigidos; f) seminários; g) dinâmicas de grupo; h) aulas práticas; i) palestras e visitas técnicas; j) trabalhos de pesquisa; entre outros.

Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (ENADE)

O Curso de Bacharelado em Gestão Pública se submete aos mecanismos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, dentre os quais se destacam o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE).

EMENTAS DOS COMPONENTES CURRICULARES

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS

1º SEMESTRE

COMPONENTES CURRICULARES	CH	CRED
Fundamentos da Gestão Pública	60	4
Introdução a Economia	60	4
Matemática Aplicada	60	4
Introdução ao Estudo do Direito	60	4
Fundamento das Ciências Sociais	60	4
Total	300	20

COMPONENTE	CH
Fundamentos da Gestão Pública	60
EMENTA	
Estado, Governo e Administração Pública; governo responsável (<i>accountability</i>); Modelos da Administração Pública; História da Administração Pública Brasileira; Processos administrativos; Regime jurídico, bases e organização do Direito Público brasileiro; Ciclo das políticas públicas; Reforma administrativa; Modelos de governança pública.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
ANDREWS, Christina; BARIANI, Edison (Org.) Administração Pública no Brasil: Uma Breve História Política. São Paulo: INIFESP, 2010. BRESSER PEREIRA, Luiz C. Crise Econômica e Reforma do Estado no Brasil: Para uma nova interpretação da América Latina. São Paulo: editora 34. 1996. _____. Reforma e Administração Pública Gerencial. Rio de Janeiro: FGV, 2010. PAULA, Ana Paula Paes de. Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. SECCHI, Leonardo. Políticas Públicas: Conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage learning, 2013.	

COMPONENTE	CH
Matemática Aplicada	60
EMENTA	
Funções. Limites. Continuidade das funções. Derivadas das funções de uma variável. Derivadas parciais. Entendimento de Gráficos e Tabelas com dados públicos. Aplicação do conteúdo estudado em problemas aplicados à Gestão Pública.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	

ASSAF NETO, Alexandre. Matemática financeira e suas aplicações. São Paulo: Atlas, 12.ed.,2012.

CHIANG, Alpha. Matemática para economistas: tradução da 4ª. edição. Rio de Janeiro: Elsevier, Campus, 2006

HARIKI, Seiji; ABDOUNUR, Oscar J. *Matemática aplicada: administração, economia e contabilidade*. São Paulo: Saraiva, 2006.

SILVA, Sebastião Medeiros da. E Outros. Matemática – para os cursos de economia, administração e ciências contábeis. Vol. 1 e 2. São Paulo: Atlas, 1999.

COMPONENTE		CH
Introdução à Economia		60
EMENTA		
<p>Conceitos e princípios de economia. Evolução do Pensamento Econômico. Noções de Microeconomia: mercado e preços; demanda e oferta; teoria do consumidor; teoria da firma; estrutura de mercado e eficiência. Noções de Macroeconomia: determinação da renda e do produto nacional; mercado de bens e serviços e lado monetário. O setor externo, câmbio e estrutura de balança de pagamento.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>DORNBUSCH, Rudiger. Introdução à economia: para cursos de Administração, Direito, Ciências Humanas e Contábeis. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.</p> <p>MANKIW, N. Gregory. Introdução à economia São Paulo: Cengage Learning, 2011.</p> <p>VICECONTI, P. E. V. Introdução à economia. 5.ed. – São Paulo: Frase, 2007.</p>		

COMPONENTE		CH
Introdução ao Estudo do Direito		60
EMENTA		
<p>O Direito e ciências afins. Noções gerais do Direito: conceito; objeto; natureza jurídica, dicotomias. Direito e Moral. Princípios gerais do Direito. Fontes do Direito. Hermenêutica jurídica: escolas de interpretação do direito. Posição atual da hermenêutica jurídica. Fato e ato jurídico. Sujeitos de direito. A relação jurídica obrigacional. A responsabilidade jurídica. Teorias explicativas da pessoa jurídica. Teorias explicativas dos direitos subjetivos. Noções gerais do direito de propriedade. Elaboração de Atos Oficiais. Legística.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>DINIZ, Maria Helena. Compêndio de introdução a ciência do direito. 23. 31d. São Paulo: Saraiva, 2007.</p> <p>FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. Introdução ao estudo do direito; técnica, decisão, dominação. São Paulo: Atlas, 2012.</p> <p>NADER, Paulo. Introdução ao estudo de direito. 35 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012.</p> <p>REALE, Miguel. Lições preliminares de direito. 27. 31d. São Paulo: Saraiva, 2010.</p>		

COMPONENTE	CH
Fundamento das Ciências Sociais	60
EMENTA	
<p>O contexto histórico do surgimento da sociologia. A sociologia como ciência e sua relação com as outras ciências sociais. Conceitos Básicos da Sociologia. Os clássicos do pensamento sociológico: Durkheim, Weber, Marx. A evolução do pensamento sociológico: referenciais teóricos clássicos para o estudo da sociedade. Sociedade e trabalho; poder e cultura política, classes sociais e questões sociais. Movimentos Sociais e Grupos de Interesse. Estado e Sociedade. Análise das relações étnico-raciais no Brasil: História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Trajetória histórica da construção do racismo, das manifestações de etnocentrismo e seus reflexos nas instituições de ensino, nos ambientes educacionais formais e informais.</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>ARON, Raymond. As etapas do pensamento sociológico. São Paulo: Ed. Martins Fontes, Ed. UNB, 2011.</p> <p>BENTO, Maria Aparecida Silva; CARONE, Iray. Psicologia Social do racismo. Petrópolis: Vozes, 2009.</p> <p>CANDAU, Vera Maria (org.) Sociedade, Educação e Cultura. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.</p> <p>HASENBALG, Carlos Alfredo. Discriminação e desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 2005.</p> <p>MARTINS, Carlos Benedito. 1986. O que é sociologia. São Paulo: Brasiliense, 2013.</p> <p>MEC/SECAD. Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais. Brasília: SECAD, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/orientacoes_eticoraciais.pdf</p> <p>QUINTANEIRO, Tânia. Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber. Editora UFMG. 2009.</p> <p>WANDERLEY, Rogério Sitônio. A política de afirmação étnica em face do princípio constitucional da isonomia. João Pessoa: UFPB, 2007.</p>	

2º SEMESTRE

COMPONENTES CURRICULARES	CH	CRED
Metodologia do Trabalho Científico	60	4
Teoria Geral da Administração	60	4
Fundamentos da Ciência Política	60	4
Fundamentos de Contabilidade	60	4
Direito Constitucional	60	4
Total	300	20

COMPONENTE	CH
Teoria Geral da Administração	60
EMENTA	
O que é Administração: definição e visão geral. Fundamentos básicos da administração; Evolução histórica da administração. A importância da revolução industrial para o estudo da administração. A divisão do trabalho. Abordagem Clássica da Administração. A Administração Científica. Escola de Relações Humanas. Teoria Burocrática. Teoria Comportamental. Abordagem Sistêmica e Cibernética. Teoria da Decisão. Teoria Contingencial.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
CHIAVENATO, I. Introdução à teoria geral da administração. 8ª33d. Rio de Janeiro: Campus, 2004. DAFT, Richard. Organizações: teoria e projetos. São Paulo: Cengage Learning, 2008. MAXIMIANO, Antônio César Amaru. Teoria geral da administração: da revolução urbana a revolução digital. 6ª33d. São Paulo: 2012, Atlas. SOBRAL, F; PECI, A. Administração: teoria e prática no contexto brasileiro. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008.	

COMPONENTE	CH
Metodologia do Trabalho Científico	60
EMENTA	
Elementos metateóricos (ontologia, epistemologia e metodologia), teoria (proposição correta: válida e verdadeira); lógica dedutiva, indutiva e falácias; conceitos; proposições (descritivas, preditivas e causais); desenhos de pesquisa; método experimental e quase experimental; estudo de caso; técnicas de seleção de casos; principais técnicas de coleta e análise de dados quantitativos e qualitativos; métodos mistos; elementos de apresentação do texto científico (ABNT). Métodos mistos (<i>mix-methods</i>); teoria fundada nos dados (<i>groundedtheory</i>); aspectos éticos da pesquisa; critérios de validação; delimitação do campo e construção do objeto (objetividade e subjetividade); técnicas de coleta e registro (observação, entrevista, questionários, análise documental); técnicas de análise (análise do discurso, semiótica, construção de tipologias, análise qualitativa comparada); softwares de análise (ATLAS.TI e <i>Sphinx</i>).	
BIBLIOGRAFIABÁSICA	

BARDIN, L. Análise de Conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977.

BAUER, M.; GASKELL, G. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

BECKER, H. Métodos de pesquisa em ciências sociais. São Paulo: Ed. Hucitec, 1997.

BLALOCK, Jr., Introdução à pesquisa social. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 1978.

BOOTH, W.C, COLOMB, G.C e WILLIAMS, J.M. A arte da pesquisa. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

CHALMERS, A. O que é ciência afinal? São Paulo: Brasiliense, 1993.

COOPER, Donald R.; SCHINDLER, Pámela S. Métodos de pesquisa em Administração. 7ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2011.

DENZIN, N. K.; Lincoln, Y. S. O planejamento da pesquisa qualitativa. Porto Alegre, Artmed Bookman, 2008.

ECO, Umberto. Como se faz uma tese. 15.ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.

GÜNTHER, H. Como elaborar um questionário. In L. Pasquali (Org.) Instrumentos psicológicos: manual prático de elaboração. Brasília, DF: UnB/IP/LabPAM, 2009.

FLICK, Uwe. Introdução à pesquisa qualitativa; trad. Sandra Netz. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

MARCONI, Marina; LAKATOS, Eva. Metodologia Científica. Editora Atlas, 2000.

VERGARA, Sylvia Constant. Métodos de pesquisa em Administração. São Paulo: Atlas, 2008.

COMPONENTE		CH
Fundamentos da Ciência Política		60
EMENTA		
<p>Conceitos básicos da ciência política: poder, Estado, dominação, autoridade, legitimação, instituições. Conceitos de Estado. Estado e Governo: similaridades e distinções. Teorias do Estado. Diferentes concepções do Estado, seu papel e relação com a sociedade. Principais teorias das instituições. A burocracia sob a ótica da ciência política. Concepções de democracia. O debate contemporâneo sobre o papel do Estado e as pressões para sua transformação. Dimensões estruturais da atuação dos Estados. Padrões de atuação do Estado: insulamento, autonomia inserida, capacidades do Estado. Estado brasileiro: tamanho e desenho macroinstitucional. Introdução ao sistema político brasileiro pós-Constituição de 1988: Executivo, Presidencialismo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público e Federalismo. Compreensão dos papéis dos poderes e dos entes federativos na formulação e implementação de políticas públicas.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>BOBBIO, Norberto. Estado, Governo e Sociedade: para uma teoria geral da política. 12. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012.</p> <p>BONAVIDES. Paulo. Ciência Política. 10. ed. São Paulo: Malheiros Editores Ltda. 2002.</p> <p>CARNOY, M. Estado e Teoria Política. Campinas/SP: Papyrus, 2005.</p> <p>CHAUÍ, Marilena. Convite à Filosofia. São Paulo: Ed. Ática, 2010.</p> <p>HELD, David. Modelos de democracia. Belo Horizonte: Ed. Paidéia, 1987.</p> <p>KYMLICKA, Will. Filosofia política contemporânea. São Paulo: Martins Fontes, 2006.</p> <p>OFFE, Claus. Problemas Estruturais do Estado Capitalista. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984</p> <p>SANTOS, Boaventura de Souza. Pela mão de Alice: o social e o político na pós-</p>		

modernidade. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
 WEBER, M. Ciência e Política: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 2011.
 WEFORT, Francisco (org.). Os clássicos da política. Vols 1 e 2. São Paulo: Ática. 1999.

COMPONENTE	CH
Fundamentos de Contabilidade	60
EMENTA	
<p>Noções Históricas. Conceitos básicos de contabilidade. Princípios Contábeis. Objeto e objetivos da contabilidade. Campo de aplicação e usuários da informação contábil. Patrimônio: componentes do patrimônio, situações patrimoniais, origens e aplicações de recursos.</p> <p>Técnicas Contábeis. Livros de Escrituração. Apuração do resultado do exercício. Balancete de Verificação. Plano de Contas. Elaboração das Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial e Demonstração do resultado do exercício. Fluxo de Caixa.</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu. Contabilidade Introdutória. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>MARION, José Carlos. Contabilidade básica. São Paulo: Atlas, 2004.</p> <p>PADOVEZE, Clóvis Luís. Manual de contabilidade básica: contabilidade introdutória e intermediária: texto e exercícios. 7. Ed. 2011.</p> <p>RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade básica fácil. São Paulo: Saraiva, 2009.</p>	

COMPONENTE	CH
Direito Constitucional	60
EMENTA	
<p>Noções introdutórias e históricas. Poder Constituinte. Controle da Constitucionalidade. Princípios Fundamentais. Direitos e Garantias Fundamentais. Organização do Estado. Da Organização dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Funções Essenciais da Justiça. Da defesa do Estado e das Instituições Democráticas.</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>BRANCO, Paulo Gustavo Gonet; MENDES, Gilmar Ferreira. Curso de Direito Constitucional - 8ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2010.</p> <p>CAPEZ, F.; CHIMENTI, R.C.; ROSA, M.F.E. Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva, 2009.</p> <p>CARVALHO, Kildare Gonçalves. Direito constitucional didático. Belo Horizonte: Del Rey, 1997.</p> <p>LENZA, Pedro. Direito constitucional esquematizado. 17 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.</p> <p>MORAES, A. Direito Constitucional. 28 ed. São Paulo: Atlas, 2011.</p> <p>SILVA, José Afonso. Direito constitucional Positivo. São Paulo: Malheiros, 2008.</p>	

3º SEMESTRE

COMPONENTES CURRICULARES	CH	CRED
Contabilidade Pública	60	4
Políticas Públicas	60	4
Gestão de Processos e Estruturas Organizacionais	60	4
Estatística para Ciências Humanas e Sociais I	60	4
Direito Administrativo	60	4
Total	300	20

COMPONENTE	CH
Estatística para Ciências Humanas e Sociais I	60
EMENTA	
<p>Ideias básicas da análise estatística; fases do trabalho estatístico; estatística descritiva; tabelas e gráficos, medidas de posição, medidas de assimetria e curtose, medidas de variabilidade; indicadores sociais e econômicos; introdução à probabilidade; modelos probabilísticos: binomial e normal; introdução a teoria da amostragem; inferência estatística: estimação pontual, intervalo de confiança e teste de hipótese para uma média, para uma proporção e para uma variância populacional.</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>GIL, A.C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. Editora Atlas, São Paulo, 1995. JANNUZZI, P.M. Indicadores Sociais no Brasil: Conceitos, Fontes de Dados e Aplicações. Editora Alínea, São Paulo, 2012. MARTINS, G.A; DOMINGUES O. Estatística Geral e Aplicada. 3ª edição. Ed. Atlas, 2014. MORETTIN, P.A. Introdução à Estatística. 5ª edição. Ed. Atlas, 2005. STEVENSON, W. Estatística Aplicada à Administração. Ed. Harbra, 2001. TRIOLA, M. F. Introdução à estatística: atualização da tecnologia. Rio de Janeiro: LTC, 2013.</p>	

COMPONENTE	CH
Políticas Públicas	60
EMENTA	
<p>Modelos e fundamentos conceituais de políticas públicas. Concepções de Estado e políticas públicas. Principais teorias de políticas públicas. O <i>policyprocess</i>: formação de agenda; processos decisórios; formulação, implementação, avaliação e monitoramento de políticas públicas. Participação social nas políticas públicas: conferências, conselhos, fóruns. Tipologias de políticas públicas. Definição e tipos de <i>WelfareState</i>.</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. A política das políticas públicas: Progresso econômico e social na América Latina – Relatório 2006. Rio de Janeiro: Elsevier; Washington, DC: IADB, 2007.</p>	

HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo (orgs.). Políticas públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2006.
 SECCHI, Leonardo. Políticas Públicas: Conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage learning, 2013.

COMPONENTE		CH
Gestão de Processos e Estruturas Organizacionais		60
EMENTA		
Evolução do estudo da administração. Administração como processo. Análise e prognóstico administrativo. Métodos administrativos. Fluxograma. Arranjo físico (layout). Análise da distribuição do trabalho. Formulários. Manuais administrativos. Estrutura organizacional. Departamentalização. Linha e assessoria. Delegação, centralização e descentralização. Benchmarking, reengenharia e empowerment.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
ARAÚJO, L.C.G. Organização, Sistemas e Métodos. São Paulo: Atlas, 2011.		
CRUZ, Tadeu. Sistemas, Métodos & Processos: administrando organizações por meio de processos de negócios. São Paulo: Atlas, 2010.		
CURY, Antônio. Organização & Métodos: uma visão holística, 7 ed. ,São Paulo: Atlas, 2012.		
DAFT, Richard L.Organizações : teorias e projetos. São Paulo:Thomson, 2008.		
OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. Administração de Processos: conceitos, metodologias, práticas. São Paulo: Atlas, 2009.		
OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. Sistemas, Organização e Métodos – uma abordagem gerencial.São Paulo: Atlas, 2011.		

COMPONENTE		CH
Direito Administrativo		60
EMENTA		
Administração Pública. O Direito Administrativo. Poderes Administrativos. Atos Administrativos. Contratos Administrativos. A Licitação Como Procedimento Seletivo Prévio Para a Efetivação do Contrato Administrativo. Servidores Públicos. O Domínio Público. A Responsabilidade Civil da Administração. Controle da Administração Pública. Intervenção na Propriedade. Atuação no Domínio Econômico.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo. 26 ed. São Paulo: Atlas, 2010.		
MELLO, Celso Antônio Bandeira de, Curso de direito administrativo. São Paulo:Malheiros,13.ed., 2001.		
MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 39 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2002.		

COMPONENTE		CH
Contabilidade Pública		60
EMENTA		
Contabilidade pública: patrimônio público, campo de aplicação da contabilidade		

pública, métodos e sistemas de escrituração. Planificação contábil. Classificação contábil e orçamentária. Controle da execução orçamentária. Balanço e tomada de contas. Exercício Financeiro. Contabilidade orçamentária, financeira e patrimonial: aspectos fundamentais. Lei de responsabilidade fiscal e relatórios. Noções sobre controles e avaliação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANGÉLICO, J. Contabilidade pública. 8 ed. São Paulo: Atlas, 1974.

KOHAMA, H. Contabilidade pública: teoria e prática. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SILVA, Lino Martins da. Contabilidade governamental: um enfoque administrativo. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

4º SEMESTRE

COMPONENTES CURRICULARES	CH	CRED
Orçamento Público	60	4
Macroeconomia	60	4
Pesquisa Aplicada	60	4
Planejamento Governamental	60	4
Gestão de Licitações, Contratos e Convênios Públicos	60	4
Total	300	20

COMPONENTE	CH
Orçamento Público	60
EMENTA	
Noções históricas sobre controle orçamentário e financeiro dos recursos públicos no Brasil. Orçamento público: princípios e planejamento. Receitas e Despesas Públicas. Plano Plurianual. Lei das Diretrizes Orçamentárias. Lei Orçamentária Anual. Elaboração do orçamento público. Ciclos Orçamentários. Controle e execução orçamentária. Técnica de orçamento-programa. Noções básicas (Governo federal): Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP e Sistema de Administração Financeira – SIAFI.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
CARVALHO, J. C. O. Orçamento Público: teoria e questões atuais comentadas. Rio de Janeiro: Campus, 2009. GIACOMONI, James. Orçamento público. 14ª ed. São Paulo: Atlas, 2012. PISCITELLI, R. B. et al. Contabilidade pública: uma abordagem da administração financeira pública. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.	

COMPONENTE	CH
Gestão de Licitações, Contratos e Convênios Públicos	60
EMENTA	
Noções gerais de licitação: conceito, objeto, objetivo, natureza jurídica, princípios. Tipos de licitação. Modalidades de licitações. Contratos Administrativos: origem, natureza jurídica, início e extinção. Experiências de compras no setor público. Terceirização e prestação de serviços (conceitos, formas). A gestão e a articulação de contratos e prestação de serviços públicos.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Parcerias na Administração Pública: concessão, permissão, franquia, terceirização, parceria público-privada e outras formas. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2009. JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 15 ed. São Paulo: Dialética, 2012. MEIRELLES, Hely Lopes. Licitação e contrato administrativo. 15 ed. São Paulo: Malheiros, 1999.	

COMPONENTE		CH
Pesquisa Aplicada		60
EMENTA		
Aplicações da pesquisa científica na gestão pública; relação orientador-orientando; princípios da redação científica; normas de apresentação do texto científico; estrutura da monografia (elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais).		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>COOPER, Donald R.; SCHINDLER, Pámela S. , Métodos de pesquisa em Administração. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2011.</p> <p>ECO, Umberto . Como se faz uma tese. 15. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.</p> <p>MARCONI, Marina; LAKATOS, Eva. (2011), Metodologia Científica. Editora Atlas.</p> <p>VERGARA, Sylvia Constant, Métodos de pesquisa em Administração. São Paulo: Atlas, 2008.</p>		

COMPONENTE		CH
Planejamento Governamental		60
EMENTA		
<p>Conceitos básicos do Planejamento Estratégico. Principais teorias, modelos, metodologias e instrumentos de planejamento estratégico aplicados ao setor público. Planejamento tradicional, planejamento estratégico situacional, prospectiva estratégica, foresight, Global Business Network, planejamento não-euclidiano. Aspectos técnicos e políticos do planejamento governamental. O debate brasileiro sobre PEG. Casos recentes de planejamento estratégico aplicados ao setor público no Brasil.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>ALMEIDA, M. I. R. Manual de Planejamento Estratégico. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>COSTA, E.A. Gestão Estratégica. São Paulo: Saraiva, 2002.</p> <p>KAPLAN, Robert S.; NORTON, David P. Organização Orientada para a Estratégia: como empresas que adotam o <i>balancedscorecard</i> prosperam no novo ambiente de negócios. Rio de Janeiro: Campus, 2001.</p> <p>MINTZBERG, Henry; AHSLTRAND, Bruce; LAMPEL, Joseph. Safári de Estratégia: um roteiro pela selva do planejamento estratégico. Porto Alegre: Bookman, 2000.</p> <p>PEDRO, José M. O <i>Balanced Scorecard</i> no Setor Público. Informação & Informática, n. 28, 2010.</p> <p>REBOUÇAS, D. P. de O. Planejamento estratégico. 22. ed. São Paulo: Atlas, 2012.</p>		

COMPONENTE		CH
Macroeconomia		60
EMENTA		
<p>Advento da macroeconomia e principais problemas macroeconômicos. Contabilidade Nacional; Determinantes da demanda e oferta agregada; A macroeconomia clássica. O sistema Keynesiano. O modelo Keynesiano de preços rígidos como mercado monetário. O modelo Keynesiano de preços flexíveis. A contra revolução monetarista. Moeda, juros e renda; Modelos macroeconômicos; Economia Aberta; Política econômica; O papel do governo; Inflação.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>BLANCHARD, Olivier. Macroeconomia: Teoria e Política Econômica. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001.</p> <p>CARVALHO, FERNANDO CARDIM et al. Economia monetária e financeira -teoria e política, Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.</p> <p>FROYEN, Richard T. Macroeconomia. São Paulo: Saraiva, 2006.</p> <p>MANKIW, N. Gregory. Macroeconomia. 5.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011.</p>		

5º SEMESTRE

COMPONENTES CURRICULARES	CH	CRED
Gestão de Pessoas no Serviço Público	60	4
Elaboração e Gestão de Programas e Projetos Públicos	60	4
Regulação e Gestão de Serviços Públicos	60	4
Economia Brasileira	60	4
Finanças Públicas	60	4
Total	300	20

COMPONENTE	CH
Elaboração e Gestão de Programas e Projetos Públicos	60
EMENTA	
Fundamentos Básicos de Portfólio, Programas e Projetos. Conceitos Gerais e históricos sobre projetos. Seleção de Projetos. Estruturação Estratégica do Projeto e Estruturação Operacional do Projeto. Gestão por Resultados. Integração da Estratégia com o Portfólio, Programas e Projetos. Gestão de Portfólio. Gestão de Programas. Conhecimentos das Áreas de Conhecimento e dos Grupos de Processos do PMBoK.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
KERZNER, Harold. Gestão de Projetos – As Melhores Práticas. 2ª Edição. Ed. Bookman, 2006.	
MOREIRA, C. K.; KEELING, R.; CATTINI JR, O. Gestão de Projetos. São Paulo: Saraiva, 2002.	
PMI, Project Management Institute– Um Guia do Conjunto de Conhecimentos do Gerenciamento de Projetos (PMBOKGuide). 4ª Edição. Project Management Institute, USA, 2008.	
PRADO, Darcí. Planejamento e Controle de Projetos. Série Gerência de Projetos. Volume 2. 6ª edição. INDG TecS, 2004.	
VALERIANO, Dalton. Moderno gerenciamento de projetos. São Paulo: Prentice Hall, 2005.	

COMPONENTE	CH
Gestão de Pessoas no Setor Público	60
EMENTA	
Evolução histórica da gestão de pessoas. Estrutura e processos em gestão de pessoas. Fundamentos conceituais da gestão de pessoas no setor público. Elementos da teoria organizacional para a gestão de pessoas no setor público. Gestão de pessoas e reforma do Estado. Planejamento estratégico de pessoas no setor público. Gestão de equipes, gestão por competências e gestão do conhecimento. Desenho de cargos e carreiras públicas. Gestão da remuneração no setor público. Motivação humana. Liderança e relações de poder. Cultura, mudança e comunicação organizacional. Política de treinamento e desenvolvimento de pessoas. Controle interno na gestão de pessoas. Recrutamento e seleção de pessoas no setor público. Previdência de servidores públicos.	

Higiene e segurança no trabalho. Qualidade de vida no trabalho. Tendências da área de gestão de pessoas no setor público.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DUTRA, J.S. Gestão de Pessoas: modelos, processos, tendências e perspectivas. São Paulo: Atlas, 2009.

LIMONGI-FRANÇA, Ana Cristina. As pessoas na organização. São Paulo: Gente, 2002.

TACHIZAWA, T.; FERREIRA, V.C.P.; FORTUNA, A.M. Gestão com pessoas: uma abordagem aplicada às estratégias de negócios. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

COMPONENTE		CH
Regulação e Gestão de Serviços Públicos		60
EMENTA		
<p>Conceituação: serviços e serviços públicos. Características e classificação de serviços: Tipos de serviços públicos. As problemáticas e as tendências dos serviços públicos – coletivos: Privatização; Terceirização; Publicização. Marcos Regulatórios. A gestão pela qualidade dos serviços públicos: principais características. Conceitos básicos da qualidade. A gestão dos serviços públicos e os principais desenhos institucionais (Sistemas Públicos; Planos; Consórcios; Agências. Sistemas de qualidade de serviços públicos. Mecanismos de controle; Principais características da regulação e gestão dos serviços públicos: saúde, assistência social; educação; habitação e urbanidade; transporte e mobilidade urbana; água-saneamento; energia; telecomunicação, meio ambiente e segurança.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>ARAGÃO, A. S. Direito dos Serviços Públicos. São Paulo: Forense, 2008.</p>		
<p>PAES de PAULA, A. P. Por uma nova gestão Pública. Rio de Janeiro: FGV, 2010.</p>		
<p>PEREIRA, C. A.G. Usuários de serviços públicos. São Paulo: Saraiva, 2008.</p>		

COMPONENTE		CH
Economia Brasileira		60
EMENTA		
<p>As características estruturais da economia brasileira no pós-guerra, e o processo de industrialização. Crescimento com endividamento externo: o ajuste estrutural dos anos 70 e a evolução do processo de endividamento externo. As políticas macroeconômicas e a renegociação da dívida externa na década de 80. O Cruzado e os planos de combate a inflação inercial na segunda metade da década de 80. As políticas de estabilidade monetária, privatização e abertura no início da década de 90: o plano Collor. A experiência do Real: a estabilidade monetária no contexto da privatização e da abertura da economia brasileira, no primeiro Governo FHC. Desequilíbrio externo e ausência de crescimento: a política macroeconômica no segundo governo FHC. Políticas Sociais e continuidade das políticas macroeconômicas no governo Lula. A economia brasileira no início do século 21: estabilidade monetária, crescimento econômico e inserção internacional.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>GIAMBIAGI, Fabio (etall) . Economia Brasileira Contemporânea (1945/2004). Rio de Janeiro: Campus, 2004.</p>		

ABREU, Marcelo de Paiva; CARNEIRO, Dionísio Dias. A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
 BAER, Werner. A economia brasileira, Ed. Nobel, 2007. FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
 Gremaud, Amaury Patrick.

COMPONENTE		CH
Finanças Públicas		60
EMENTA		
Conceituação. Bens públicos. Políticas fiscal e monetária. Teoria de tributação e de incidência. Equidade e eficiência. Avaliação de dispêndios públicos. Federalismo. Sistema tributário brasileiro. Finanças públicas locais (Estados e Municípios).		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
GIAMBIAGI, Fábio; ALÉM, Ana Cláudia de. Finanças públicas: teoria e prática no Brasil. tiragem. Rio:Campus, 2011. RIANI, Flávio. Economia do Setor Público: Uma abordagem introdutória. São Paulo, Atlas, 4ª ed., 2007. SILVA, Fernando Resende da. Finanças públicas: São Paulo: Atlas, 2010.		

6º SEMESTRE

COMPONENTES CURRICULARES	CH	CRED
Desenvolvimento Sustentável	60	4
Economia do Setor Público	60	4
Controle e Auditoria Pública	60	4
Gestão Municipal	60	4
Gestão de Políticas Públicas	60	4
Total	300	20

Componente	CH
Desenvolvimento Sustentável	60
EMENTA	
Macro ambiente e suas abordagens. Conceitos: Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável. Agenda 21 e os marcos regulatórios da questão ambiental. Políticas públicas, Externalidades e desenvolvimento sustentável: Responsabilidade social e pública: governo, empresas, escolas e família. Relações entre Tecnologia, Inovação e Sustentabilidade. Sustentabilidade, governança e mudança em organizações públicas. Fundamento central da Economia Verde. Políticas públicas e Green Jobs. Energia e Meio Ambiente: aspectos e soluções. Eco-Empreendedorismo e o Desenvolvimento Sustentável. Educação para a Sustentabilidade. Educação Ambiental. Instrumentos.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
BARBIERI, J.C., “Gestão Ambiental Empresarial – Conceitos, Modelos e Instrumentos” – Ed. Saraiva. 2006.	
BERRY, Siân. 50 formas inteligentes de preservar o planeta : como consumir sem descuidar do meio ambiente. São Paulo: PubliFolha, 2009.	
GOLDEMBERG, J. e VILLANUEVA, L.D. “Energia, Meio Ambiente & Desenvolvimento” - Ed. EDUSP, 2003.	
LEMONS, Amália Inés Geraiges; ROSS, Jurandyr Luciano Sanches; LUCHIARI, Ailton. América Latina: Sociedade e Meio Ambiente. São Paulo: Expressão Popular, 2008.	
MORAES, Antônio Carlos Robert. Meio ambiente e desenvolvimento: em busca de um compromisso. São Paulo: Anita Garibaldi, 2010.	
OECD. Sustainable Development: The Critical Issues, OECD, Paris, 2001.	
ROMERO, Marcos Augusto. Aspectos jurídicos: concernentes ao uso e preservação do meio ambiente. João Pessoa: São Severino, 1995.	
SANTOS, José Eduardo. A Contribuição da educação ambiental à esperança de Pandora. São Carlos: Rima, 2006.	
SEIFFERT, M.E.B. “Gestão Ambiental – Instrumentos, esferas de ação e educação ambiental”. Ed. Atlas, 2007.	

COMPONENTE	CH
Controle e Auditoria Pública	30
EMENTA	
O papel social da Auditoria Pública. Aspectos gerais da Auditoria Interna e Externa. Elementos, procedimentos e etapas para a execução da Auditoria Pública. Controle	

governamental: interno e externo. Controle Social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA, M.C. Auditoria. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

CARVALHO, J.C.O. Auditoria Geral e Pública. Rio de Janeiro: Campus, 2009.

VALE, Carlos. Procedimentos de Auditoria Pública. João Pessoa: Universitária, 2001.

COMPONENTE	CH
Economia do Setor Público	60

EMENTA

O papel do setor público; bens públicos e privados; custo de financiamento de bens públicos; fontes de arrecadação e estrutura de mercado; falhas de mercado; regulação pública; problemas relacionados à má distribuição de renda, necessidade de fazer frente a problemas de ação coletiva, demandas para mobilização de recursos públicos via taxaçaõ direta e indireta, teorias relacionadas à despesa pública, especialmente questões relacionadas à economia do bem estar e à análise de custos e benefícios, debate sobre o teorema do eleitor mediano e seu impacto nas discussões sobre orçamento público, descentralização e relações fiscais entre países. Ênfase na utilização dos instrumentos de análise econômica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BIDERMAN, Ciro; ARVATE, Paulo (Org.). Economia do setor público no Brasil. Rio de Janeiro - RJ: Elsevier/Campus, 2004.

RIANI, Flavio. Economia do setor público: uma abordagem introdutória. São Paulo-SP: Atlas, 2002.

GIAMBIAGI, Fábio; ALÉM A. Claudia. Finanças públicas: teorias e práticas no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro-RJ: Elsevier Campus, 2011.

COMPONENTE	CH
Gestão Municipal	60

EMENTA

Discussão sobre a formação de cidades e a noção de hierarquia urbana. Contextualização do processo de urbanização brasileira e os desafios contemporâneos. Tipologias de cidades e gestão pública. A constituição de 1988 e o Pacto Federativo. Gestão pública municipal: autonomia, competências, organização dos poderes municipais (executivo, legislativo e judiciário). Principais fontes de receitas (próprias, transferências constitucionais, transferências de convênios e adesão a políticas/programas federais/estaduais. Instrumentos e abordagens de planejamento e gestão municipal (PPA; LDO; LOA; Estatuto da cidade/plano diretor; planos municipais de políticas públicas específicas. Debate e apresentação de casos sobre experiências na gestão pública municipal.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. Estatuto da cidade: guia para implementação pelos municípios e cidadãos. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001. (Série Fontes de Referência).

MARICATO, Ermínia. Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana. Petrópolis:

Vozes, 2011.
 SOUZA, Marcelo Lopes de. Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
 VERGARA, Sylvia Constant; CORRÊA, Vera Lúcia de Almeida (org.) Propostas para uma gestão pública municipal efetiva. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
 SPINK, Peter. 20 experiências de gestão pública e cidadania. FGV. 2005.

COMPONENTE		CH
Gestão de Políticas Públicas		60
EMENTA		
Conceito (Implementação). Teorias de implementação das políticas públicas. Burocracia. Técnicas de gestão de programas e projetos públicos. Monitoramento. Estudos de caso.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
FARIA, Carlos. Implementação de Políticas Públicas: Teoria e Prática. Belo Horizonte: Editora PUC Minas. 2012. HAVARD BUSINESS REVIEW. Gestão e Implementação de Projetos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. HILL, Michael. Implementação: uma visão geral. In: SARAIVA, Enrique. Políticas Públicas: coletânea. Brasília: ENAP. 2006.		

7º SEMESTRE

COMPONENTES CURRICULARES	CH	CRED
Gestão Estadual e Regional	30	2
Ética na Gestão Pública	30	2
Avaliação de Políticas Públicas e Programas Governamentais	60	4
Desenvolvimento Sustentável	60	4
Optativa – I	60	4
Optativa –II	60	4
Livre – I	60	4
Total	300	20

COMPONENTE	CH
Ética na Gestão Pública	30
EMENTA	
<p>O conceito de filosofia: o homem refletindo e agindo através dos tempos. O conhecimento e os procedimentos lógicos. A ciência, a moral e a estética na existência do ser humano. O pensamento grego, medieval, moderno e contemporâneo. Ética como doutrina da conduta humana. Gênese, formação e evolução ética. Consciência ética. Ética profissional. Código de ética do Administrador. A ética nas Organizações. Postura do Administrador Público no Mercado Globalizado.</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>CHAUI, Marilena de Souza. Convite à filosofia. São Paulo: Ática, 1997. SÁ, Antônio Lopes de. Ética profissional. São Paulo: Atlas, 2004. SINGER, Peter. Vida Ética. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002. SROUR, R.H. Poder, cultura e ética nas organizações. Rio de Janeiro: Campus, 2005.</p>	

Componente	CH
Gestão Estadual e Regional	30
EMENTA	
<p>Governo estadual e a questão do desenvolvimento regional pós-Constituição de 1988: atribuições e responsabilidades; O federalismo das políticas públicas e o papel dos governos Estaduais; Macroestrutura do governo da Paraíba – áreas de atuação, tamanho; presenças e ausências; Macroestrutura do governo estadual: leituras comparadas. Temas estratégicos de gestão estadual: gestão de pessoal, endividamento, coordenação intergovernamental; A questão regional e o desenvolvimento regional: planos estaduais de desenvolvimento.</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>AVELAR, Lúcia (Org.); CINTRA, Antônio Octávio (Org.). Sistema político brasileiro: uma introdução. Rio de Janeiro/ São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung/Fundação UNESP, 2004. 414 p. DINIZ, Clélio Campolina; Crocco, Marco (Org.). Economia regional e urbana: contribuições teóricas recentes /. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006. LEVY, Evelyn (Org.). Avanços e perspectivas da gestão pública nos Estados. Brasília:</p>	

CONSAD/FUNDAP, 2006.

MENDES, Constantino Cronemberger et al. A paraíba no contexto nacional regional e interno. Rio de Janeiro: IPEA, 2012. 76 p. (Texto para Discussão, 1726). Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=15454

COMPONENTE		CH
Avaliação de Políticas Públicas e Programas Governamentais		60
EMENTA		
A importância da avaliação na gestão pública. O papel da avaliação no ciclo da política pública. Institucionalização da avaliação de programas. Sistemas de monitoramento e avaliação. Etapas da avaliação. Tipos de desenhos para avaliação de resultados de programas. Avaliação de processo, resultados e impacto. Avaliação <i>ex ante</i> e <i>ex post</i> . Análise do Impacto Regulatório.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
BABBIE, Eral. The practice of social research. Belmont: Wadsworth, 1975. CANO, Ignácio. Introdução à Avaliação de Programas Sociais. São Paulo: FJP, 2009. FLICK, Uwe. Uma introdução à pesquisa qualitativa. trad. Sandra Netz. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2009. RICHARDSON, Roberto J. Pesquisa social Métodos e Técnicas. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2009. WEISS, Carol. Evaluation: Methods for Studying Programs and Policies. Prentice Hall, 1998. WORTHEN, James; et al. Avaliação de Programas: Concepções e Práticas. São Paulo: Ed. Gente, 2004.		

8º SEMESTRE

COMPONENTES CURRICULARES	CH	CRED
Trabalho de Conclusão de Curso	120	8
Livre -I	60	4
Optativa –III	60	4
Optativa –IV	60	4
Total	300	20

COMPONENTE	CH
Trabalho de Conclusão de Curso	120
EMENTA	
Os discentes deverão desenvolver uma Monografia ou um Projeto de Aplicação na Área do Curso. Esse trabalho abrange o desenvolvimento de uma pesquisa aplicada aos temas do campo de públicas.	
MARCONI, Marina de Andrade, LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de Pesquisa. São Paulo: Atlas, 2011.	
MINAYO, Maria Cecília. S.(org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 22º edição. Petrópolis (RJ): Vozes, 2010.	
RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa Social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 2009.	

DISCIPLINAS OPTATIVAS

COMPONENTE	CH
Inovação no Setor Público	60
EMENTA	
<p>Conceitos de inovação no setor público; Condições para a inovação no setor público: liderança, equipe, recursos organizacionais para a inovação; gerenciamento da mudança para a inovação; sustentabilidade e transferências de inovações bem sucedidas. Conhecendo casos bem sucedidas de inovação no governo federal, estaduais e municipais. Os prêmios de inovação no setor público.</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>ENAP. Sustentabilidade de iniciativas premiadas no Concurso Inovação: indícios de mudança da gestão no governo federal? / Disseminação de iniciativas inovadoras premiadas no Concurso Inovação na Gestão Pública Federal (1996-2006). Elisabete Ferrarezi, Sônia Naves Amorim e João Alberto Tomacheski / Eduardo Raupp de Vargas, 2010. Disponível: http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CCwQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.enap.gov.br%2Findex.php%3Foption%3Dcom_docman%26task%3Ddoc_download%26gid%3D3593&ei=cGAjU77_M4rpkAeznIHwAQ&usg=AFQjCNEzAg3gWH_mgxKwzToVH-QSFjoSAg&sig2=YHwTXR_hA-MqTYCrXAG4cw&bvm=bv.62922401,d.eW0</p> <p>ENAP. Uma exploração inicial da literatura sobre a inovação / Cartilha da gestão do conhecimento no serviço público / Guia sobre a gestão de riscos no serviço público. Canada School of Public Service / Stephen Hill, 2006</p> <p>FGV. Banco de experiências Inovadoras. http://ceap.fgv.br/programas.</p> <p>FARAH, Marta. Inovação Pública. Disponível em http://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/3801.pdf</p> <p>LIMA, Dagomar Henriques e VARGAS, Eduardo Raupp de. Estudos internacionais sobre inovação no setor público: como a teoria da inovação em serviços pode contribuir? Revista de Administração Pública - Rio de Janeiro 46(2):385-401, mar./abr. 2012 Disponível em: http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2493592.PDF</p>	

COMPONENTE	CH
Direitos Humanos e Gestão Pública	60
EMENTA	
<p>Conceitos; Gerações de DH (Civis e Políticos, DHESCA, outras gerações); o debate e a agenda internacional de DH: a visão de DH no sistema ONU e em outros organismos internacionais; Fundamentos da política de DH no Brasil e seus desafios: Universalidade, Indivisibilidade, interdependência; O debate Universalização X Focalização em DH; Territorialidades em DH; Informações e conhecimento; Transversalidade, multidisciplinaridade e coordenação; Relações intragovernamental e federativa; Os subsistemas e planos nacionais em DH: rumo a um sistema nacional de DH?; Relações Estado e sociedade e a luta pelos DH no Brasil; Democracia e participação em DH no Brasil; A centralidade da participação social na gestão da política de DH: a participação como método de gestão (em todo o ciclo das políticas e programas).</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	

BRASIL. Programa Nacional de Direitos Humanos. PNDH3. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/pndh/index.htm>

BRASIL. Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes – Conanda, 2011.

COMPARATO, Fábio Konder. O papel do juiz na efetivação dos Direitos Humanos. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/comparato/comparato_juiz.html

DALLARI, Dalmo de Abreu. A Violação dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e seu impacto no exercício dos Direitos Cíveis e Políticos, disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/dalmodallari/dallari_lencdh.html (consulta em 19/04)

DHNET – Rede virtual de informações sobre direitos humanos. Artigos selecionados. Acesso: http://www.dhnet.org.br/direitos/indicadores/sistema_br/index.html

GOTTI, Alessandra Passos Pela Implementação dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais – Propostas e Perspectivas, disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/dhesc/gotti.html> (acesso em 18/04/13)

OEI.MENU de Indicadores e Sistemas de Monitoramento do Direito à Participação de Meninos, Meninas e Adolescentes. OEI, Instituto Interamericano da Criança e Adolescente/OEA, outubro de 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Adotada e proclamada pela Resolução 217 A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de Dezembro de 1948. Disponível em: <http://portal.sdh.gov.br/clientes/sedh/sedh/biblioteca/declacao-universal-dos-direitos-humanos>

VENTURI, Gustavo (Org). Direitos Humanos – Percepções da opinião pública. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Brasília, 2010 – Disponível em: http://portal.mj.gov.br/sedh/biblioteca/livro_percepcoes/percepcoes.pdf

COMPONENTE	CH
Psicologia Social do Trabalho	60
EMENTA	
<p>Divergência entre a psicologia do trabalho e a psicologia da organização. Ideologias implícitas nas teorias administrativas clássicas y contemporâneas. Mudança continua. Comunicação identidade coletiva e Relações intergrupais. Poder, autoridade, conflito e mediação. Privação relativa. Fatores psicossociais na gênese da doença do trabalho, doença profissional e do Acidente de Trabalho. Análise crítica da avaliação organizacional.</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>DAVIES, D. R. Psicologia e trabalho. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1977.</p> <p>SAMPAIO, Jáder dos Reis. Qualidade de Vida no Trabalho e Psicologia Social. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.</p> <p>HUWS, U. O que mudou foi a divisão do trabalho. IHU disponível em: http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=858&secao=216 p. 28-31. Edição 216 do 23/04/07, 2007.</p>	

COMPONENTE	CH
Gestão de Redes Interinstitucionais	60
EMENTA	
<p>Conceito. Tipos de redes institucionais. Desenho e gestão das redes institucionais. O papel da liderança estratégica, da negociação e da administração de conflitos em rede. O papel das tecnologias de informação. Consórcios públicos. Regiões Metropolitanas. Avaliação de redes institucionais. Estudo de caso.</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>BÖRZEL, T. <i>¿Qué tienen de especial los policynetworks?</i>. Mimeo. 1997. Disponível em: http://seneca.uab.es/antropologia/redes/redes.htm.</p> <p>FLEURY, Sonia. <i>El desafío de la gestión de las redes de políticas</i>. Revista Instituciones y Desarrollo N° 12-13, Instituto de Gobernabilidad de Cataluña: Barcelona, 2000.</p> <p>MANDELL, M. <i>Getting results through collaboration. Networks and Network structures for public policy and management</i>. London: Quorum Books, 2001.</p> <p>KLIJN, E. H. <i>Managing Complex Networks</i>. London: Sage Publications, 1998.</p> <p>RAMOS, Conrado; NARBONDO, Pedro. <i>Reforma administrativa y capacidad estatal de conducción</i>. Mimeo. 1999. Disponível em: http://www.top.org.ar.</p> <p>STEYTELER, Nico; KINCAID, John. <i>Local government and metropolitan regions in federal systems</i>. Montreal: McGill-Queens University Press, 2009.</p> <p>ZAFRA, Manuel. <i>Gestión pública estrategia y análisis de políticas</i>. Universidad de Granada. 2000. Disponível em: http://www.dva.gva.es/personal/ponencias56-04/PON_ZAFRA.PDF</p> <p>ZURBRIGGEN, Cristina. <i>Redes Actores e Instituciones</i>. Revista Reforma y Democracia, CLAD, N° 30. 2004. Disponível em: http://www.clad.org.ve.</p>	

COMPONENTE	CH
Administração Pública Comparada	60
EMENTA	
<p>Definição de indicadores para comparação entre instituições. Análise de doutrinas administrativas internacionais. Sistemas administrativos do setor público. Análise comparativa de reformas administrativas do Estado. Análise e tendências da administração pública brasileira. Estudos de caso.</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>BRESSER PEREIRA, L. C. e Spink, P. (org.) <i>Reforma do Estado e administração pública gerencial</i>. Rio de Janeiro. Editora FGV. 2010.</p> <p>HEADY, F. <i>Administração pública: Uma perspectiva comparada</i>. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.</p> <p>WALDO, D. <i>Problemas e aspectos da administração pública</i>. São Paulo: Pioneira, 1966.</p>	

COMPONENTE	CH
Cooperação Internacional	60
EMENTA	
<p>Cooperação e sistema internacional, conceitos, evolução/histórico da cooperação internacional, atores. Algumas perspectivas críticas e economia política da cooperação internacional. Sistema brasileiro de cooperação internacional, modalidades, atores e programas de cooperação internacional no Brasil. Elaboração, avaliação e negociação</p>	

de projetos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CERVO, Amado. A cooperação técnica internacional do Brasil. Revista Brasileira de Política Internacional, 37, 1, 1994, pp. 37-63

MARCOVITCH, Jacques (org). Cooperação Internacional: Estratégia e Gestão, São Paulo: EDUSP, 1994.

VIANNA Jr, Aurélio (org). A Estratégia dos Bancos Multilaterais para o Brasil. Análise Crítica e Documentos Inéditos, Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, Brasília, 2001.

COMPONENTE

CH

Residência em Gestão de Políticas Públicas – I

60

EMENTA

Proporcionar ao estudante um espaço de aprendizagem prático-reflexiva a partir da sua imersão em organizações públicas, sem fins lucrativos ou privadas. A experiência de imersão possibilita a análise dos processos de formulação, implementação e avaliação de uma determinada política pública, promovendo a reflexão sobre a relação Estado e Sociedade, a partir da gestão de políticas públicas. Realizada por meio de duas modalidades: Residência com imersão total, em tempo integral, e residência com imersão parcial, em meio período diário. Os conteúdos e métodos desta disciplina devem estar associados às melhores práticas do aprendizado cooperativo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MARCONI, Marina de Andrade, LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de Pesquisa. São Paulo: Atlas, 2011.

MINAYO, Maria Cecília. S.(org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 22º edição. Petrópolis (RJ): Vozes, 2010.

RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa Social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 2009.

COMPONENTE

CH

Residência em Gestão de Políticas Públicas – II

60

EMENTA

Proporcionar ao estudante um espaço de aprendizagem prático-reflexiva a partir da sua imersão em organizações públicas, sem fins lucrativos ou privadas. A experiência de imersão possibilita a análise dos processos de formulação, implementação e avaliação de uma determinada política pública, promovendo a reflexão sobre a relação Estado e Sociedade, a partir da gestão de políticas públicas. Realizada por meio de duas modalidades: Residência com imersão total, em tempo integral, e residência com imersão parcial, em meio período diário. Os conteúdos e métodos desta disciplina devem estar associados às melhores práticas do aprendizado cooperativo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MARCONI, Marina de Andrade, LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de Pesquisa. São Paulo: Atlas, 2011.

MINAYO, Maria Cecília. S.(org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 22º edição. Petrópolis (RJ): Vozes, 2010.

RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa Social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 2009.

COMPONENTE		CH
Gestão de Desempenho		60
EMENTA		
O comportamento humano nas organizações: modelo explicativo do comportamento; teorias da motivação no trabalho, percepção, <i>feedback</i> e valores humanos. Cultura Organizacional: conceitos, elementos e importância. Aspectos que influenciam o desempenho. Gestão e Avaliação de Desempenho: evolução, conceitos e usos, Métodos tradicionais de Avaliação de Desempenho. Elaboração de sistemas de Gestão/Avaliação de Desempenho. Estratégias de implantação de sistemas de Gestão/Avaliação de Desempenho. Métodos atuais: Avaliação de desempenho baseada em resultados e Avaliação de desempenho baseada em Competências.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
BERGAMINI, C. W. Avaliação de Desempenho Humano na Empresa. São Paulo: Atlas, 2010.		
PETTIGREW, Andrew. Cultura e Poder nas Organizações. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 1992.		
PONTES, B. R. Avaliação de Desempenho: Uma Abordagem Sistemática. São Paulo: LTr, 2002.		

COMPONENTE		CH
Teoria e Análise Crítica da Corrupção		60
EMENTA		
Conceito. Tipos. Conflito de Interesse. Improbidade na Administração Pública. Formas de mensuração da corrupção. Oportunismo, clientelismo, patrimonialismo. Gestão de riscos. Histórico. Casos da administração pública brasileira.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
DIMENSTEIN, Gilberto. A República dos padrinhos: chantagem e corrupção em Brasília. São Paulo: Brasiliense, 1988.		
KLITGAARD, Robert. A corrupção sob controle. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1994.		
ZAUERUCHA, Jorge. Frágil democracia: Collor, Itamar, FHC e os militares (1990-1998). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000.		

COMPONENTE		CH
Processo Decisório e Negociação		60
EMENTA		
Negociação: conceitos e vertentes. Poder e Conflito. Negociação e Regulação. Processos de negociação. Relações de trabalho e negociação. Representação dos trabalhadores e negociação coletiva. Tendências recentes em negociação.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
ANDRADE, Rui Otávio Bernardes de. Princípios de negociação. São Paulo: ATLAS, 2011.		
BAZERMAN, Max H.; NEALE, Margaret A. Negociando Racionalmente. São Paulo: Atlas, 1998.		
BUBRIDGE, R. Marc (Org.). Gestão de Negociação. São Paulo: Saraiva, 2007.		
CARVALHAL, Eugênio (Org.) Negociação e Administração de Conflito. Rio de		

Janeiro: FGV, 2009.

GARCEZ, José Maria Rossani. Técnicas de negociação: resolução alternativa de conflitos : ADRS, mediação, conciliação e arbitragem. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2002.

PAGÉS, Max et all. O poder das organizações. São Paulo: Atlas, 1993.

SILVA, Eduardo; REIS, João Jose. Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil Escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

THOMPSON, Leigh. O Negociador. São Paulo: Prentice-Hall, 2009.

COMPONENTE		CH
Federalismo e Relações Intergovernamentais		60
EMENTA		
O contrato federativo, cooperação e conflito. Descentralização e relações intergovernamentais: autonomia, distribuição dos encargos e mecanismos de financiamento. Arranjos verticais e horizontais de coordenação intergovernamental na gestão das políticas públicas. Interpretações sobre o Brasil.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
ABRUCIO, Fernando Luiz; Costa, Valeriano, M. f. Reforma do Estado e o contexto federativo brasileiro. Pesquisa n. 12, São Paulo, Fundação Konrad Adenauer, 1999. Disponível em: http://ocotidianodaburocracia.com.br/files/Abrucio.pdf		
ARRETCHE, Marta. Estado Federativo e políticas sociais: determinantes da descentralização. Rio de Janeiro: Revan; São Paulo: Fapesp, 2000.		
REZENDE, Ferando; Oliveira, Fabrício Augustot (orgs). Descentralização e federalismo fiscal no Brasil: desafios da reforma tributária. Rio de Janeiro, Konrad AdenauerStiftung, 2003.		

COMPONENTE		CH
Elaboração de Atos Oficiais		30
EMENTA		
Conceito de Ato Oficial. Tipos de Atos Oficiais. Técnicas de Redação dos Atos Oficiais. Introdução à legística formal e material. Leitura e produção de atos oficiais.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
BELTRÃO, Odacir. BELTRÃO, Mariusa. Correspondência: linguagem e comunicação oficial, empresarial, particular. 18. ed. São Paulo: Atlas, 2005.		
BRASIL. Decreto Nº 6.062, de 16 de março de 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6062.htm . Acesso em: 17 nov. de 2013.		
BRASIL. Manual de Redação da Presidência da República. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 2002.		
BRASIL, Manual de Redação. Brasília: Câmara do Deputados, Coordenação de Publicações, 2004. Disponível em: http://tinyurl.com/nlfh2d .		
BRASIL. Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 (Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona). Acesso em 01 de out. 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp95.htm		
CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. Dicionário de linguística e gramática: referente à língua portuguesa. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.		

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo dicionário da língua portuguesa. 2. ed.. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

NASCIMENTO, Erivaldo Pereira do. A argumentação na redação comercial e oficial. João Pessoa: UFPB, 2012.

OCDE. Improving the Quality of Laws and Regulations: Economic, legal and Managerial Techniques. Paris: OCDE, 1994. Disponível em: www.sigmaxweb.org/publications/36976805.pdf

COMPONENTE	CH
Legística	60
EMENTA	
<p>Conceituação. Regulação. Tipos de regulação. Legística formal e material. Técnicas de aprimoramento legístico. Análise do Impacto Regulatório (<i>RegulatoryImpactAssesment</i>).</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>BETTER REGULATION EXECUTIVE. <i>Introduction to the Impact Assessment Process</i>. In: Reunião sobre Análise de Impacto regulatório, BetterRegulationExecutive, Londres: mimeo, 2009.</p> <p>BRASIL. Decreto Nº 6.062, de 16 de março de 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6062.htm. Acesso em: 17 nov. de 2013.</p> <p>_____. Balanço de Ações do PRO-REG e programação para 2010. Disponível em: http://www.regulacao.gov.br. Acesso em: 14 nov. de 2013.</p> <p>BIS. <i>Impact assessment guidance. Department for Business Inovation & Skills and Better Regulation Executive, Version 1.0, 1st April, 2010.</i></p> <p>Comissão Européia. (2009). <i>ImpactAssessmentGuidelines</i>. Disponível no endereço: http://ec.europa.eu/governance/impact/commission_guidelines/commission_guidelines_en.htm. Acesso em: 20 nov. 2013.</p> <p>HOLPERIN, Michelle; SALGADO, Lucia. Análise de Impacto: Ferramenta e processo de aperfeiçoamento da regulação. s/d. Disponível em: http://www.agersa.es.gov.br/site/arquivos/relatorios/Analise%20do%20Impacto%20Regulatorio%20Ferramenta%20e%20Processo%20de%20Aperfeicoamento%20da%20Regulacao.pdf</p> <p>MENEGUIM, Fernando. Avaliação de Impacto Legislativo no Brasil. Brasília: Consultoria Legislativa do Senado Federal, s/d.</p> <p>ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD).. <i>Regulatory Impact Analysis: a tool for policy coherence</i>. Paris: OECD, 2009.</p> <p>RADAELLI, C. M. <i>Regulating rule-making via impact assessment. Governance</i>, vol. 23, n. 1. P. 89-108. 2010.</p>	

COMPONENTE	CH
Redação Oficial	60
EMENTA	
<p>Análise das condições de produção de texto referencial, planejamento e produção de textos referenciais com base em parâmetros da linguagem técnico-científica. Prática de elaboração de resumos, esquemas e resenhas. Leitura, interpretação e reelaboração de textos de livros didáticos. Mecanismos de compreensão e de construção da textualidade no texto referencial. A questão da referência no texto: uso referencial e não referencial</p>	

de vocábulo; propriedade lexical; redundância; ambiguidade, imprecisão; pressupostos e implícitos. A interlocução no texto referencial: autoria; finalidade do texto; seleção e organização da informação. Intertextualidade e polifonia no texto referencial. Prática de elaboração de paráfrase, resumos, esquemas, resenha descritiva e crítica, textos didático-pedagógicos de áreas específicas. Histórico, orientações normativas e linguagem dos atos oficiais. Atos oficiais (atos deliberativo-normativos; de correspondência; enunciativos-esclarecedores; assentamento; comprovativo-declaratórios; de pacto ou ajuste). Lógica argumentativa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FAULSTICH, Enilde. Como ler, entender e redigir um texto. Petrópolis: Ed. Vozes, 2011.

PIMENTEL, Carlos. A nova redação empresarial e oficial. Rio de Janeiro, Impetus, 2003.

ZANDWAIS, Ana. Estratégias de leitura. Porto Alegre, Ed. Sagra, 1990.

COMPONENTE	CH
Políticas Sociais	60

EMENTA

As políticas sociais nas sociedades capitalistas e a questão da cidadania. As interpretações sobre concepção, natureza e desenvolvimento das políticas sociais nos seguintes paradigmas: marxismo, liberalismo clássico, neoliberalismo e social-democracia. O capitalismo monopolista e a emergência e desenvolvimento do welfarestate europeu e das políticas sociais brasileiras. A crise do welfarestate e as políticas sociais. A construção do Estado de Bem Estar no Brasil. Políticas Sociais e Políticas Redistributivas. Distribuição de renda, autonomia e participação. Políticas sociais no Brasil contemporâneo. Avaliação de políticas sociais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GENTILI, Pablo (orgs.). Pós-neoliberalismo: As políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

BRAVO, Maria Inês S. & PEREIRA, Potyara A. P. Política social e democracia. Rio de Janeiro: UERJ/ São Paulo: Cortez Ed., 2007.

CASTEL, R. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 2005.

TELLES, Vera da S. Direitos Sociais: afinal do que se trata? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

POCHMANN, M. (org.). Desenvolvimento, trabalho e solidariedade. Novos caminhos para a inclusão social. São Paulo: Cortez/Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SPOSATI, A. (org.) Proteção social de cidadania. Inclusão de idosos e pessoas com deficiência no Brasil, França e Portugal. São Paulo: Cortez, 2004.

COMPONENTE	CH
Terceiro Setor	60

EMENTA

Organizações do Terceiro Setor: surgimento, principais características das entidades sem fins lucrativos, tipos de organizações do terceiro setor, atividades desenvolvidas pelas ONGs e benefícios das ONGs. Formalização de organizações do terceiro setor. Responsabilidade Social e os agentes de transformação. Gestão das organizações do

terceiro setor. Empreendedorismo social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FERNANDES, Rubem César. Privado, porém público – o terceiro setor na América Latina. Rio de Janeiro, CIVICUS/RelumeDumará, 1994.

OSCHPE, E. B. 3º Setor – Desenvolvimento social sustentado. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

TACHIZAWA, Takeshy. Organizações não governamentais e terceiro setor: criação de ONGs e estratégias de atuação. São Paulo: Atlas, 2010.

COMPONENTE

Economia Solidária

CH

60

EMENTA

Economia social na Europa; Associativismo e cooperativismo. Trabalho associado e trabalho subordinado. Autogestão e heterogestão. A Economia Solidária no Brasil. Redes de colaboração e cadeias produtivas solidárias. Empresas recuperadas pelos trabalhadores. Pedagogia da autogestão. Políticas públicas de economia solidária. Economia solidária e políticas setoriais: agricultura familiar, assentamentos de reforma agrária, habitação popular, saúde mental, turismo, geração de trabalho e renda etc.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SANTOS, Boaventura S. Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SINGER, Paul. Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

ESPANHA, Pedro. Dicionário Internacional da Outra Economia. Coimbra: Almedina, 2009.

COMPONENTE

Marketing Institucional

CH

60

EMENTA

O papel do marketing nas organizações e na sociedade. O composto do marketing. Administração de serviços e promoção do Cidadão-consumidor. Distribuição e promoção. Aplicação das Ferramentas de Marketing no Setor Públicos. Formação de Parcerias Estratégicas. Marketing Desenvolvimento de plano de marketing.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

KOTLER, P.; LEE, N.. Marketing no setor público: Um guia para um desempenho mais eficaz. Porto Alegre: Bookman, 2008.

PRINGLE, H.; THOMPSON, M.. Marketing Social: marketing para causas sociais e a construção das marcas. São Paulo: Makron Books, 2000. 258 p.

VAZ, G. N. Marketing Institucional. São Paulo: Thomson, 2003.

COMPONENTE

Governança no Setor Público

CH

60

EMENTA

Agenda e complexidade da ação pública nas sociedades contemporâneas; Democracia e participação e seus impactos sobre a gestão pública; Conceitos de governança no setor

público; Elementos para a compreensão da governança, governabilidade e governo; Atribuições do governo na governança de políticas públicas: metagovernança, coordenação, formação da agenda, monitoramento da ação pública; Governança, legitimidade e qualidade da ação pública; Há governança sem governo? (Debatendo James Rosenau); Estudos de caso: políticas e modelos/estratégias de governança no Estado brasileiro.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARAÚJO, Vinícius C. A conceituação de governabilidade e governança, da sua relação entre si e com o conjunto da reforma do Estado e do seu aparelho. Brasília: ENAP (Texto para discussão), 2002.

BRESSER PEREIRA, Luiz; Peter Kevin Spink. Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2010.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. O Modelo Estrutural de Governança Pública. Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado (RERE). Salvador, Instituto Brasileiro de Direito Público, n. 10, jun/jul/ago, 2007.

COMPONENTE	CH
Sistemas de Informação Governamental para o Setor Público	60

EMENTA

Introdução aos sistemas de informação. Sistemas de informação nas empresas e seus impactos. Tipos de sistemas de informações (SPT, SIG e SAD). Uso estratégico dos sistemas de informações. Tecnologia da Informação no governo. Implementação e administração de sistemas e tecnologias de informação no setor público. Sistemas de Informação no Governo. Governo eletrônico (e-gov) no Brasil e no mundo: conceitos, evolução e principais objetivos do e-gov. Vantagens, desafios, limitações e tendências futuras. Aplicações do governo eletrônico nos níveis federal, estadual e municipal: serviços, atores, relacionamentos (G2B; G2C; G2G; G2E).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CRUZ, T. Sistemas de Informações Gerenciais. São Paulo: Atlas, 2010.

STAIR, Ralph M.; REYNOLDS, George W. Princípios de sistemas de informação: uma abordagem gerencial. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

FERRER, F.; SANTOS, P. E-Government: o governo eletrônico no Brasil. São Paulo: Saraiva, 2004.

COMPONENTE	CH
Sistemas de Informação e Governança Eletrônica	60

EMENTA

Introdução aos sistemas de informação. Sistemas de informação nas organizações e seus impactos. Tipos de sistemas de informações (SPT, SIG e SAD). Uso estratégico dos sistemas de informações. Tecnologia da Informação no governo. Implementação e administração de sistemas e tecnologias de informação no setor público. Sistemas de Informação no Governo. Governo eletrônico (e-gov) no Brasil e no mundo: conceitos, evolução e principais objetivos do e-gov. Vantagens, desafios, limitações e tendências futuras. Aplicações do governo eletrônico nos níveis federal, estadual e municipal: serviços, atores, relacionamentos (G2B; G2C; G2G; G2E).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

STAIR, Ralph M.; REYNOLDS, George W. Princípios de sistemas de informação: uma abordagem gerencial. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

TURBAN, Efraim; RAINER, R. Kelly; POTTER, Richard E VIEIRA, Daniel. Administração de Tecnologia da Informação : teoria & prática. Rio de Janeiro: Elsevier,, 2005.

TURBAN, Efraim; RAINER, R. Kelly; POTTER, Richard E VIEIRA, Daniel. Introdução a sistemas de informação: uma abordagem gerencial. Rio de Janeiro: Elsevier,, 2007.

COMPONENTE	CH
Economia Regional e Urbana	60
EMENTA	
Tópicos sobre os principais conceitos de espaço e região; teoria dos polos, métodos e técnicas de regionalização e análise regional; tópicos sobre a localização da atividade econômica. A questão Nordeste no contexto da acumulação capitalista no Brasil: desigualdade de renda e emprego, de mobilidade especial e social, de atividades produtivas e de utilização e apropriação de meios de produção. Funcionamento e dinâmica das aglomerações. Custos de transportes, decisões de localização da atividade, polos, clusters, desigualdades regionais, urbanização, centralidades, hierarquias de lugares e vulnerabilidades urbanas.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
DINIZ, Clélio Campolina; CROCCO, Marco. Economia regional e urbana: contribuições teóricas recentes. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.	
CLEMENTE, Ademir. Economia regional e urbana. São Paulo: Atlas, 1994.	
RICHARDSON, Harry W. Economia regional: teoria da localização, estrutura urbana e crescimento regional. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.	

COMPONENTE	CH
Gestão de Recursos Logísticos e Patrimoniais	60
EMENTA	
Evolução e conceitos relacionados à administração de recursos materiais e patrimoniais. Fundamentos da administração de materiais Aplicado à Agência Pública. Gestão de compras. Gestão de estoques. Custos da administração de estoques. Gestão da distribuição. Compreensão de Logística. Logística e Gestão da cadeia de suprimentos.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
BOWERSOX, Donald J. e CLOSS, David J. O Processo de Integração da Cadeia de Suprimento. São Paulo: Atlas, 2010.	
FLEURY, Paulo F. Logística empresarial - Coppead. São Paulo: Atlas, 2010.	
VIANA, João José. Administração de materiais: um enfoque prático. São Paulo: Atlas, 2010.	

COMPONENTE	CH
Desenvolvimento, Território e Meio Ambiente	60
EMENTA	
Territorio e territorialidade. A questão do desenvolvimento: desenvolvimento e	

crescimento; desenvolvimento local; neodesenvolvimentismo. A relação Estado e sociedade civil. A comunidade e o contexto histórico. Atuação e importância das ações coletivas. Associativismo, movimentos sociais e organização de interesses. Cidadania participativa e comunidade Poder, dominação e os conflitos sociais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CANÇADO, Airton; SILVA Jeová Torres; TENÓRIO, Fernando. Gestão Social: aspectos teóricos e aplicações. Ijuí: Ed. Unijuí, 2012.

FAVERO, Arilson. Políticas de Desenvolvimento Territorial no Brasil: avanços e desafios. Brasília: IICA, 2010. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; V. 12).

GOHN, Maria da Glória. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. Revista Saúde e Sociedade, v. 13, n.2, p.2031, mai-ago 2004.

MORAIS, Leandro; BORGES, Adriano. Novos Paradigmas de Produção e Consumo: experiências inovadoras. São Paulo: Instituto Pólis, 2010.

VIEIRA, Paulo Freire. Desenvolvimento Territorial Sustentável no Brasil: subsídios para um política de fomento. Florianópolis: APED: Secco, 2010.

COMPONENTE	CH
Tópicos Especiais em Métodos e Técnicas de Pesquisa – I	60
EMENTA	
Conteúdo variável, conforme disciplina ofertada.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
Definida conforme o conteúdo ofertado.	

COMPONENTE	CH
Tópicos Especiais em Métodos e Técnicas de Pesquisa – II	60
EMENTA	
Conteúdo variável, conforme disciplina ofertada.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
Definida conforme o conteúdo ofertado.	

COMPONENTE	CH
Tópicos Especiais em Métodos e Técnicas de Pesquisa – III	60
EMENTA	
Conteúdo variável, conforme disciplina ofertada.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
Definida conforme o conteúdo ofertado.	

COMPONENTE	CH
Tópicos Especiais em Métodos e Técnicas de Pesquisa – IV	60
EMENTA	
Conteúdo variável, conforme disciplina ofertada.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	

Definida conforme o conteúdo ofertado.

COMPONENTE		CH
Tópicos Especiais em Direito, Regulação e Contratos – I		60
EMENTA		
Conteúdo variável, conforme disciplina ofertada.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
Definida conforme o conteúdo ofertado.		

COMPONENTE		CH
Tópicos Especiais em Direito, Regulação e Contratos – II		60
EMENTA		
Conteúdo variável, conforme disciplina ofertada.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
Definida conforme o conteúdo ofertado.		

COMPONENTE		CH
Tópicos Especiais em Direito, Regulação e Contratos – III		60
EMENTA		
Conteúdo variável, conforme disciplina ofertada.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
Definida conforme o conteúdo ofertado.		

COMPONENTE		CH
Tópicos Especiais em Direito, Regulação e Contratos – IV		60
EMENTA		
Conteúdo variável, conforme disciplina ofertada.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
Definida conforme o conteúdo ofertado.		

COMPONENTE		CH
Tópicos Especiais em Economia, Contabilidade e Finanças - I		60
EMENTA		
Conteúdo variável, conforme disciplina ofertada.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
Definida conforme o conteúdo ofertado.		

COMPONENTE		CH
Tópicos Especiais em Economia, Contabilidade e Finanças - II		60

EMENTA	
Conteúdo variável, conforme disciplina ofertada.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
Definida conforme o conteúdo ofertado.	

COMPONENTE	CH
Tópicos Especiais em Economia, Contabilidade e Finanças - III	60
EMENTA	
Conteúdo variável, conforme disciplina ofertada.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
Definida conforme o conteúdo ofertado.	

COMPONENTE	CH
Tópicos Especiais em Economia, Contabilidade e Finanças – IV	60
EMENTA	
Conteúdo variável, conforme disciplina ofertada.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
Definida conforme o conteúdo ofertado.	

COMPONENTE	CH
Tópicos Especiais em Gestão Pública - I	60
EMENTA	
Conteúdo variável, conforme disciplina ofertada.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
Definida conforme o conteúdo ofertado.	

COMPONENTE	CH
Tópicos Especiais em Gestão Pública - II	60
EMENTA	
Conteúdo variável, conforme disciplina ofertada.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
Definida conforme o conteúdo ofertado.	

COMPONENTE	CH
Tópicos Especiais em Gestão Pública - III	60
EMENTA	
Conteúdo variável, conforme disciplina ofertada.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
Definida conforme o conteúdo ofertado.	

COMPONENTE		CH
Tópicos Especiais em Gestão Pública - IV		60
EMENTA		
Conteúdo variável, conforme disciplina ofertada.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
Definida conforme o conteúdo ofertado.		

COMPONENTE		CH
LIBRAS		60
EMENTA		
Aspectos da Língua de Sinais e sua importância: cultura e história. Identidade surda. Introdução aos aspectos linguísticos na Língua Brasileira de Sinais: fonologia, morfologia, sintaxe. Noções básicas de sinais. Processo de aquisição da Língua de Sinais observando as diferenças e similaridades existentes entre esta e a língua Portuguesa.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
CAPOVILLA, Fernando; RAPHAEL, Walkiria. Dicionário: Língua de Sinais Brasileira – LIBRAS. Vol. I e II. 2ª Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. GOLDFELD, Marcia. A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista. São Paulo: Plexus, 2002. SAMPAIO, Maria Janaina Alencar. A construção de textos na escrita de surdos: estratégias do sujeito na transição entre sistemas linguísticos. João Pessoa: UFPB, 2007.		

ANEXO - DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA O CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 13 DE JANEIRO DE 2014

Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado, e dá outras providências.

O Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 9º, § 2º, alínea "c", da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, e nas orientações e nos referenciais contidos nos Pareceres CNE/CES nos 583/2001 e 67/2003, homologados pelo Senhor Ministro de Estado da Educação, respectivamente, em 29 de outubro de 2001 e 2 de junho de 2003, bem como nos termos do Parecer CNE/CES nº 266/2010, homologado por Despacho do Senhor Ministro de Estado da Educação, publicado no DOU de 19 de dezembro de 2013, resolve:

Art. 1º Ficam instituídas as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado, que compreendem o campo multidisciplinar de investigação e atuação profissional voltado ao Estado, ao Governo, à Administração Pública e Políticas Públicas, à Gestão Pública, à Gestão Social e à Gestão de Políticas Públicas. Parágrafo único. As diretrizes curriculares são definidas de forma ampla, de modo a contemplar a diversidade de projetos pedagógicos dos cursos existentes e futuros.

Art. 2º São princípios fundamentais a serem atingidos pelos cursos de graduação em Administração Pública:

I - o *ethos* republicano e democrático como norteador de uma formação que ultrapasse a ética profissional, remetendo-se à responsabilidade pela res pública e à defesa do efetivo caráter público e democrático do Estado;

II - a flexibilidade como parâmetro das Instituições de Educação Superior, para que formulem projetos pedagógicos próprios, permitindo ajustá-los ao seu contexto e vocação regionais;

III - a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade que garantam a multiplicidade de áreas do conhecimento em temas como política, gestão pública e gestão social e sua interseção com outros cursos.

Art. 3º O curso de graduação em Administração Pública deverá propiciar formação humanista e crítica de profissionais e pesquisadores, tornando-os aptos a atuar como políticos, administradores ou gestores públicos na administração pública estatal e não estatal, nacional e internacional, e analistas e formuladores de políticas públicas.

Art. 4º O curso de graduação abrangido por esta Resolução deverá possibilitar as seguintes competências e habilidades:

I - reconhecer, definir e analisar problemas de interesse público relativos às organizações e às políticas públicas;

II - apresentar soluções para processos complexos, inclusive de forma preventiva;

III - desenvolver consciência quanto às implicações éticas do exercício profissional, em especial a compreensão do ethos republicano e democrático, indispensável à sua atuação; IV - estar preparado para participar, em diferentes graus de complexidade, do processo de tomada de decisão e da formulação de políticas, programas, planos e projetos públicos e para desenvolver avaliações, análises e reflexões críticas sobre a área pública;

V - desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com métodos quantitativos e qualitativos na análise de processos econômicos, sociais, políticos e administrativos;

VI - expressar-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos organizacionais e socioculturais, desenvolvendo expressão e comunicação adequadas aos processos de negociação e às comunicações interinstitucionais;

VII - ter iniciativa, criatividade, determinação e abertura ao aprendizado permanente e às mudanças.

Art. 5º O curso de graduação em Administração Pública deverá contemplar, em seus projetos pedagógicos e na sua organização curricular, conteúdos que revelem, em uma perspectiva histórica e contextualizada, compromisso com os valores públicos e o desenvolvimento nacional, assim como com a redução das desigualdades e o reconhecimento dos desafios derivados da diversidade regional e cultural.

§ 1º São conteúdos de formação básica:

I - conteúdos relacionados à característica multidisciplinar da área Pública, articulando conteúdos de Administração, de Ciências Contábeis, de Ciência Política, de Economia, de Direito e de Sociologia;

II - estudos antropológicos, filosóficos, psicológicos, ético profissionais, bem como os relacionados às tecnologias da comunicação e da informação;

III - conteúdos relacionados à capacidade de leitura, escrita, expressão e comunicação;

IV - conteúdos relacionados, nas diferentes áreas disciplinares, à realidade histórica e contemporânea da sociedade e do Estado brasileiros.

§ 2º Os conteúdos de formação profissional deverão incluir aqueles sobre governos e políticas públicas comparadas, conteúdos metodológicos, abrangendo estudos quantitativos e qualitativos, e conteúdos complementares ou especializados, oferecendo ao formando a opção de aprofundar-se por meio de estudos de caráter transversal e interdisciplinar.

§ 3º Os conteúdos de que trata este artigo poderão ser oferecidos de forma simultânea, não requerendo, necessariamente, uma sequência compulsória, a critério de cada Instituição.

Art. 6º A natureza e a organização de cada curso deverão ser expressas por meio do seu projeto pedagógico, abrangendo, entre outros, o perfil do formando, as competências e as habilidades, os componentes curriculares, a imersão profissional ou em pesquisa, as atividades complementares, o sistema de avaliação, o projeto de iniciação científica, além do regime acadêmico de oferta.

§ 1º O projeto pedagógico do curso deverá abranger, sem prejuízo de outros, os seguintes elementos estruturais:

I - objetivos gerais do curso, contextualizados em relação à sua inserção institucional, política, geográfica e social;

II - condições objetivas de oferta e a vocação do curso;

III - cargas horárias das atividades didáticas e da integralização do curso;

IV - formas de realização da interdisciplinaridade;

V - modos de integração entre teoria e prática;

VI - formas de avaliação do ensino e da aprendizagem;

VII - modos de integração entre graduação e pós-graduação, quando houver;

VIII - incentivo à pesquisa como necessário prolongamento da atividade de ensino e como instrumento à iniciação científica;

IX - concepção e composição das atividades de estágio curricular supervisionado e suas diferentes formas e condições de realização, observado o respectivo regulamento;

X - concepção e composição das atividades complementares; e

XI - inclusão obrigatória de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) sob as modalidades: monografia, projeto de iniciação científica ou projetos de atividades, centrados em área teórico-prática ou de formação profissional, na forma como estabelecer o regulamento próprio.

§ 2º O detalhamento dos incisos, especialmente VI a IX, será definido em regulamento próprio da Instituição de Educação Superior.

§ 3º A conclusão e a integralização curricular deverão ser expressamente estabelecidas, observado o regime acadêmico adotado pela Instituição de Educação Superior, bem como as possibilidades apresentadas na Resolução CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007.

Art. 7º O projeto pedagógico do curso deverá disciplinar o estágio supervisionado, sob várias formas, desde estágio propriamente dito até imersão acadêmica em pesquisa e outras atividades, com base em regulamento próprio de cada Instituição de Educação Superior.

Art. 8º As atividades complementares, quando houver, deverão possibilitar ao aluno reconhecer e testar habilidades, conhecimentos e competências, incluindo a prática de estudos e as atividades independentes, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e nas ações de extensão.

Art. 9º O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é componente curricular obrigatório e deverá constar do projeto pedagógico do curso, e suas características deverão ser estabelecidas em regulamento próprio.

Art. 10. Com base no princípio de educação continuada, as Instituições de Educação Superior poderão incluir, no projeto pedagógico do curso, o oferecimento de cursos de pós-graduação lato sensu, de acordo com as efetivas demandas do desempenho profissional.

Art. 11. A carga horária mínima do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado, é de 3.000 horas, nos termos da Resolução CNE/CES nº 2, de 2007.

Art. 12. As Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública deverão ser implantadas pelas Instituições de Educação Superior, obrigatoriamente, no prazo máximo de 2 (dois) anos, aos alunos ingressantes, a partir da publicação desta Resolução. Parágrafo único. As Instituições de Educação Superior poderão optar pela aplicação das Diretrizes Curriculares Nacionais aos demais alunos do período ou ano subsequente à publicação desta Resolução.

Art. 13. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO GONÇALVES GARCIA

(DOU nº 9 terça-feira, 14 de janeiro de 2014, Seção 1, Páginas 17/18)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012014011400017